

TRF 5

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
DA 5ª REGIÃO

500 Questões
Gabaritadas- Praticando
- Técnico Judiciário – Área
Administrativa



CÓD: SL-069AG-24
7908433260783

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Noções dos Direitos das Pessoas com Deficiência	29
3. Noções de Sustentabilidade	41
4. Noções de Informática	49
5. Atos Normativos	59
6. Noções de Direito Administrativo	67
7. Noções de Direito Constitucional	79
8. Noções de Direito Penal	89
9. Noções de Direito Processual Penal	99
10. Noções de Direito Processual Civil	109
11. Noções de Direito Processual Previdenciário	119
12. Noções de Direito Tributário	129
13. Noções de Administração Pública	139

LÍNGUA PORTUGUESA

1. IBFC - 2022

Texto

Conversinha mineira

(Fernando Sabino)

- É bom mesmo o cafezinho daqui, meu amigo?
- Sei dizer não senhor: não tomo café.
- Você é dono do café, não sabe dizer?
- Ninguém tem reclamado dele não senhor.
- Então me dá café com leite, pão e manteiga.
- Café com leite só se for sem leite.
- Não tem leite?
- Hoje, não senhor.
- Por que hoje não?
- Porque hoje o leiteiro não veio.
- Ontem ele veio?
- Ontem não.
- Quando é que ele vem?
- Tem dia certo não senhor. Às vezes vem, às vezes não vem. Só que no dia que devia vir em geral não vem.
- Mas ali fora está escrito “Leiteria”!
- Ah, isso está, sim senhor.
- Quando é que tem leite?
- Quando o leiteiro vem.
- Tem ali um sujeito comendo coalhada. É feita de quê?
- O quê: coalhada? Então o senhor não sabe de que é feita a coalhada?
- Está bem, você ganhou. Me traz um café com leite sem leite. Escuta uma coisa: como é que vai indo a política aqui na sua cidade?
- Sei dizer não senhor: eu não sou daqui.
- E há quanto tempo o senhor mora aqui?
- Vai para uns quinze anos. Isto é, não posso garantir com certeza: um pouco mais, um pouco menos.
- Já dava para saber como vai indo a situação, não acha?
- Ah, o senhor fala da situação? Dizem que vai bem.
- Para que Partido?
- Para todos os Partidos, parece.
- Eu gostaria de saber quem é que vai ganhar a eleição aqui.
- Eu também gostaria. Uns falam que é um, outros falam que outro. Nessa mexida...
- E o Prefeito?

- Que é que tem o Prefeito?
 - Que tal o Prefeito daqui?
 - O Prefeito? É tal e qual eles falam dele.
 - Que é que falam dele?
 - Dele? Uai, esse trem todo que falam de tudo quanto é Prefeito.
 - Você, certamente, já tem candidato.
 - Quem, eu? Estou esperando as plataformas.
 - Mas tem ali o retrato de um candidato dependurado na parede, que história é essa?
 - Aonde, ali? Uê, gente: penduraram isso aí...
Observe as sentenças e assinale a alternativa correta em relação à ortografia oficial da língua portuguesa.
 - I. - Aonde, ali? Uê, gente: penduraram isso aí...
 - II. - hoje o leiteiro não veio.
 - III. - Vai para uns quinze anos. Isto é, não posso garantir com certeza: um pouco mais, um pouco menos.
- Estão **corretas** as afirmativas:
- (A) Apenas I está correta.
 - (B) Apenas II está correta.
 - (C) Apenas III está correta.
 - (D) As sentenças II e III estão corretas.

2. IBFC - 2024

Texto - “Negócio de Ocasão”. (por Fernando Sabino)

- Quando mandou colocar mármore no chão de seu apartamento, o vizinho de baixo veio reclamar: oito horas da manhã os operários começavam a quebrar mármore mesmo em cima de sua cabeça. Durma-se com um barulho desses!
- Está bem – concordou ele, acalmando o vizinho: - Vou mandar começar mais tarde.
 - Mandou que os operários só comessem a trabalhar a partir das nove horas. Dois dias depois tornava o vizinho:
 - Assim não é possível. Já reclamei, o senhor prometeu, e o barulho continua!
 - Mas é só por uns dias – argumentou ele: - o senhor vai ter paciência ...
 - E mandou que os trabalhos só se iniciassem a partir das dez horas. Com isso, pensava haver contentado o vizinho. Para surpresa sua, todavia, o homem voltou ainda para protestar, e desta vez furibundo, armado de revólver:

- Ou o senhor para com esse barulho ou faço um estrago louco. Olhou espantado para a arma e, cordato, convidou-o a entrar:

- Não precisa se exaltar, que diabo. Vamos resolver a coisa como gente civilizada. Eu disse que era só por uns dias... Se o senhor quiser que eu pare, eu paro. Cuidado com esse negócio, costuma disparar. Qual é o calibre?

- Trinta e dois.

- Prefiro trinta e oito. Mas esse parece ser muito bom... Que marca?

- Smith-Wesson.

- Ah! Então deve ser muito bom. Cabo de madrepérola... Quanto o senhor pagou por ele?

- Cinco mil cruzeiros.

- Não foi caro. Sempre tive vontade de ter um revólver desses. Quem sabe o senhor me venderia?

- Não vim aqui para vender revólver – explodiu o outro – mas para te avisar que esse barulho...

- Não haverá mais barulho, esteja tranquilo. Agora, quanto ao revólver... Quer vender?

- O senhor está brincando...

Não estou não: pela vida de minha mãezinha. Quer saber de uma coisa? Dou dez mil por ele. Sempre tive vontade... Vamos, aceite! Dez mil, pago na hora.

O homem começou a titubear. Olhou o revólver, pensativo: dez mil era um bom preço. Já pensava mesmo em vendê-lo... Olhou o dono da casa, tornou a olhar o revólver:

- Toma, é seu – decidiu-se.

Antes de entrar na posse da arma, o comprador foi lá dentro, trouxe dez abobrinhas e estendeu-as ao vizinho. Depois, empurrou o revólver e chegou-lhe aos peitos:

- Bem, agora ponha-se daqui pra fora. E fique sabendo que eu faço o barulho que quiser e quando quiser, entendeu? Venha aqui outra vez reclamar e vai ver quem é que acaba fazendo um estrago louco.

Fernando Sabino. A Mulher do Vizinho. 2ª.ed. RJ, Ed do Autor, 1962 p.186.

A palavra 'revólver' é uma paroxítona terminada em R e por isso deve ser acentuada. Assinale a alternativa que apresenta todas as palavras paroxítonas.

- (A) Fácil, caráter, difícil, dólar.
- (B) Médico, éter, açúcar, câncer.
- (C) Eter; fácil, imã, órfão.
- (D) Vínculo, têxtil, hífen, juri.

3. IBFC - 2023

A importância da música para a família Ramirez

(Este texto foi desenvolvido especialmente para esse concurso)

Rafael Ramirez não sonhava em ser médico, engenheiro ou astronauta. Diferente das demais crianças, Rafael tinha adoração por música, sentia que seu caminho era o de ser musicista.

A dedicação de seus pais era intensa e imensa. Tornou-se maestro aos 30 anos e esse triunfo 01 - obtido (01 - obtido – obitido) também teve como alicerce a esposa, Bia, e os dois filhos, Yasmin e Petrônio.

Há uns meses, eles se mudaram de São Paulo para Natal, dentre os embrulhos e arrumação de caixas, Rafael encontrou uma coleção antiga de discos (LPs). Decidiu voltar a estudar, agora em um nível superior, o de doutorado. Então, o que era uma curiosidade que marcava uma época de músicas antigas, passou a ser uma base de pesquisa.

Durante a primeira semana na capital potiguar, logo se inscreveu no programa de pós-graduação e, para sua completa alegria, percebeu que seus filhos também queriam aprender música, a menina para compreender a vida pelas cordas de um violino, para ela esse instrumento 02 - conecta (02 - conecta – conécta) pessoas do mundo todo com um som que alcança e acalma a alma. Já o rapazote pensou na música para cantar e encantar a 03 - plateia (03 - plateia – platéia) de sua banda de rock.

A esposa, Bia, era mais prática, via que a música unia as expressões e queria saber se comunicar mais e melhor, uniu o som da percussão com as danças árabes, que resgatavam sua cultura ancestral.

Com esses exemplos, evidencia-se que, desde sempre, a música é vista como um diferencial por causa das motivações de quem a conhece e hoje ela se tornou uma forma de expressão que se justifica por abarcar diversas áreas da sociedade, variadas idades e famílias inteiras.

Segundo Bezerra (2015, p. 118), "Em português, a sílaba tônica só recai na última, na penúltima ou na antepenúltima sílaba de um vocábulo". Diante do exposto, analise as afirmativas abaixo.

- Os vocábulos cuja sílaba tônica recai na última sílaba são denominados _____.

- São denominados _____ os vocábulos cuja sílaba tônica recai na penúltima sílaba..

- _____ são os vocábulos cuja sílaba tônica recai na antepenúltima sílaba

Assinale a alternativa que preencha **correta** e respectivamente as lacunas.

- (A) paroxítonos / oxítonos / Proparoxítonos.
 (B) oxítonos / paroxítonos / Proparoxítonos.
 (C) proparoxítonos / oxítonos / Paroxítonos.
 (D) proparoxítonos / monossílabos tônicos / Paroxítonos.
 (E) oxítonos / monossílabos tônicos / Proparoxítonos.

4. IBFC - 2022

Texto I

O conto do vigário (Joseli Dias)

Um conto de réis. Foi esta quantia, enorme para a época, que o velho pároco de Cantanzal perdeu para Pedro Lulu, boa vida cuja única ocupação, além de levar à perdição as mocinhas do lugar, era tocar viola para garantir, de uma casa em outra, o almoço de todos os dias. Nenhum vendeiro, por maior esforço de memória que fizesse, lembraria o dia em que Pedro Lulu tirou do bolso uma nota qualquer para comprar alguma coisa. Sempre vinha com uma conversa maneira, uma lábia enroladora e no final terminava por comprar o que queria, deixando fiado e desaparecendo por vários meses, até achar que o dono do boteco tinha esquecido a dívida, para fazer uma nova por cima.

A vida de Pedro Lulu era relativamente boa. Tocava nas festas, ganhava roupas usadas dos amigos e juras de amor de moças solteironas de Cantanzal. A vida mansa, no entanto, terminou quando o Padre Bastião chegou por ali. Homem sisudo, pregava o trabalho como meio único para progredir na vida. Ele mesmo dava exemplo, pegando no batente de manhã cedo, preparando massa de cimento e assentando tijolos da igreja em construção. Quando deu com Pedro Lulu, que só queria sombra e água fresca, iniciou uma verdadeira campanha contra ele. Nos sermões, pregava o trabalho árduo. Pedro Lulu era o exemplo mais formidável que dava aos fiéis. “Não tem família, não tem dinheiro, veste o que lhe dão, vive a cantar e a mendigar comida na mesa alheia”, pregava o padre, diante do rebanho.

Aos poucos Pedro Lulu foi perdendo amizades valiosas, os almoços oferecidos foram escasseando e até mesmo nas rodas de cantoria era olhado de lado por alguns. “Isso tem que acabar”, disse consigo.

Naquele dia foi até a igreja e prostou-se diante do confessor. Fingindo ser outra pessoa, pediu ao padre o mais absoluto segredo do que iria contar, porque havia prometido a um amigo que não faria o mesmo diante das maiores dificuldades, mas que vê-lo em tamanha necessidade, tinha resolvido confessar-se passando o segredo adiante.

O Padre, cujo único defeito era interessar-se pela vida alheia, ficou todo ouvidos. E foi assim que a misteriosa figura contou que Pedro Lulu era, na verdade, riquíssimo, mas que por uma aposta que fez, não podia usufruir de seus bens na capital, que somavam milhares de contos de réis. [...]

O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa alterou a acentuação de algumas palavras. No entanto, “réis” conserva o acento que recebia em função de seu ditongo aberto. Dentre as palavras abaixo, assinale a que apresenta, **INDEVIDAMENTE**, o acento gráfico.

- (A) herói.
 (B) céu.
 (C) dói.
 (D) véu.
 (E) jibóia.

5. IBFC - 2022

Assinale a única alternativa em que a palavra **não** está acentuada corretamente.

- (A) Itamaracá.
 (B) Rapé.
 (C) Recêm.
 (D) Bangalô.

6. IBFC - 2022

Texto

Conversinha mineira

(Fernando Sabino)

- É bom mesmo o cafezinho daqui, meu amigo?
- Sei dizer não senhor: não tomo café.
- Você é dono do café, não sabe dizer?
- Ninguém tem reclamado dele não senhor.
- Então me dá café com leite, pão e manteiga.
- Café com leite só se for sem leite.
- Não tem leite?
- Hoje, não senhor.
- Por que hoje não?
- Porque hoje o leiteiro não veio.
- Ontem ele veio?
- Ontem não.
- Quando é que ele vem?
- Tem dia certo não senhor. Às vezes vem, às vezes não vem. Só que no dia que devia vir em geral não vem.
- Mas ali fora está escrito “Leiteria”!
- Ah, isso está, sim senhor.
- Quando é que tem leite?
- Quando o leiteiro vem.
- Tem ali um sujeito comendo coalhada. É feita de quê?

- O quê: coalhada? Então o senhor não sabe de que é feita a coalhada?

- Está bem, você ganhou. Me traz um café com leite sem leite. Escuta uma coisa: como é que vai indo a política aqui na sua cidade?

- Sei dizer não senhor: eu não sou daqui.

- E há quanto tempo o senhor mora aqui?

- Vai para uns quinze anos. Isto é, não posso garantir com certeza: um pouco mais, um pouco menos.

- Já dava para saber como vai indo a situação, não acha?

- Ah, o senhor fala da situação? Dizem que vai bem.

- Para que Partido?

- Para todos os Partidos, parece.

- Eu gostaria de saber quem é que vai ganhar a eleição aqui.

- Eu também gostaria. Uns falam que é um, outros falam que outro. Nessa mexida...

- E o Prefeito?

- Que é que tem o Prefeito?

- Que tal o Prefeito daqui?

- O Prefeito? É tal e qual eles falam dele.

- Que é que falam dele?

- Dele? Uai, esse trem todo que falam de tudo quanto é Prefeito.

- Você, certamente, já tem candidato.

- Quem, eu? Estou esperando as plataformas.

- Mas tem ali o retrato de um candidato pendurado na parede, que história é essa?

- Aonde, ali? Uê, gente: penduraram isso aí...

Em relação à acentuação, analise as palavras advindas do texto e assinale a alternativa que as classifica corretamente: café – você – ninguém.

(A) oxítonas e monossílabas.

(B) oxítonas e dissílabas.

(C) paroxítonas e dissílabas.

(D) paroxítonas e monossílabas.

7. IBFC - 2022

Texto 01

A febre dos Funkos

Você, provavelmente, já viu ou ouviu falar em Funkos. Os Funkos são peças antropomórficas, ou seja, é semelhante ao homem ou que tem forma humana. Elas apresentam dois olhos, uma cabeça e dois braços. A grande diferença repousa nas proporções dos corpos dos bonecos em relação à cabeça. Ele é feito em vinil e sua característica mais marcante é o superdimensionamento da cabeça, em relação ao restante do corpo. Os Funkos apresentam olhos enormes, expressivos, extremidades curtas e finas. O pre-

ço de um Funko POP pode variar de US\$ 3.00 até US\$ 4 mil dólares para os modelos mais raros e, principalmente, os colecionáveis. No Brasil, os modelos mais comuns são comercializados entre R\$ 50,00 e R\$ 200,00. Atualmente, sete personagens ocupam a lista dos mais desejáveis entre os colecionadores. São eles: Funko Pop Lanterna Verde, Funko Pop Dumbo, Funko Pop Laranja Mecânica, Funkos Pop Vingadores, Funko Harry Potter, Funkos Pop Princesas da Disney, Funkos Chaves e Chapolin.

(Texto adaptado para este concurso de conceitos.com/funko/)



Segundo Bezerra (2015), “O acento agudo é empregado sobre as vogais para assinalar, quando as regras da acentuação assim exigirem, a tonicidade aberta das vogais “a, e, o” e a tonicidade fechada das vogais “i, u”. Entretanto, algumas vezes, esses sinais podem confundir um leitor menos atento. É o caso dos vocábulos: coleccionáveis e desejáveis que não são proparoxítonos. Examine as estruturas abaixo e assinale a única alternativa **correta**.

I. “(...) sua característica mais marcante é o superdimensionamento da cabeça, em relação ao restante do corpo (...)”.

II. “(...) O preço de um Funko POP pode variar de US\$ 3.00 até US\$ 4 mil dólares para os modelos mais raros e, principalmente, os coleccionáveis (...)”.

III. “(...) Atualmente, sete personagens ocupam a lista dos mais desejáveis entre os colecionadores (...)”.

(A) As palavras característica, colecionáveis e desejáveis são paroxítonas.

(B) A palavra característica é proparoxítona e as palavras colecionáveis e desejáveis são oxítonas.

(C) A palavra característica é proparoxítona e as palavras colecionáveis e desejáveis são paroxítonas.

(D) A palavra característica é oxítona e as palavras colecionáveis e desejáveis são paroxítonas.

NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

1. IBFC - 2022

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar. Considerando a legislação em pauta, sobre os critérios para uma pessoa ser considerada deficiente, analise as afirmativas abaixo e dê valores **Verdadeiro (V)** ou **Falso (F)**.

() Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo.

() Os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.

() A limitação no desempenho de atividades.

() A restrição de participação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta** de cima para baixo.

(A) V - V - V - F

(B) F - F - F - F

(C) F - F - V - V

(D) V - V - F - F

(E) V - V - V - V

2. IBFC - 2022

A Lei nº 13.146/2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Acerca das disposições do Estatuto, assinale a alternativa que apresenta corretamente a definição de atendente pessoal.

(A) Pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas

(B) Pessoa que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso

(C) Pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas

(D) Pessoa que proporcione moradia com estruturas adequadas capazes de proporcionar serviços de apoio coletivos e individualizados que respeitem e ampliem o grau de autonomia de jovens e adultos com deficiência

(E) Pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas

3. IBFC - 2022

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015), analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() É dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência.

() Se, no exercício de suas funções, os juízes e os tribunais tiverem conhecimento de fatos que caracterizem as violações previstas no Estatuto da Pessoa com Deficiência, devem remeter peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.

() A pessoa com deficiência deve fruir de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

(A) V - V - V

(B) V - F - V

(C) F - F - V

(D) V - V - F

(E) F - V - F

4. IBFC - 2022

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em relação aos seus direitos civis, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:

- I. Casar-se e constituir união estável.
- II. Exercer direitos sexuais e reprodutivos.
- III. Exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar.
- IV. Conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória.

Estão **corretas** as afirmações:

- (A) I apenas
- (B) I e III apenas
- (C) II e III apenas
- (D) I, II, III e IV

5. IBFC - 2022

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e disciplina que, quando necessária, será realizada a avaliação da deficiência. O artigo 2º, § 1º, destaca aspectos dessa avaliação e, diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) A avaliação será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar
- (B) A avaliação será biopsicossocial, realizada por Assistente Social designado para tal atividade
- (C) A avaliação será biopsicossocial, realizada por Assistente Social e Psicólogo
- (D) A avaliação será biopsicossocial, realizada por Assistente Social e Psicopedagogo
- (E) A avaliação será biopsicossocial, realizada por um único profissional responsável

6. IBFC - 2020

A Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é destinada a assegurar e a promover o exercício dos direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência.

Análise os fatores abaixo, que dizem respeito à avaliação da deficiência, atribuindo valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () impedimentos nas funções e estruturas do corpo.

- () fatores psicológicos isolados.
- () restrição de participação.
- () necessidade de curatela.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V, F, V, F
- (B) F, V, V, F
- (C) V, F, F, V
- (D) V, V, V, F
- (E) V, V, F, F

7. IBFC - 2019

Segundo a Lei Brasileira da Inclusão (LBI), “A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial” (BRASIL, 2015, art.2º §1º). Essa diretriz implica algumas ações. Quanto aos procedimentos da avaliação, assinale a alternativa correta:

- (A) Será realizada por equipe médica composta por clínico geral e psiquiatra; a equipe considerará os impedimentos limitadores para ingresso na classe comum; as limitações nas funções e estruturas mentais; os fatores psicológicos e sociais; a limitação no desempenho cognitivo; a restrição de comunicação
- (B) Será realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar; a equipe considerará os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades; a restrição de participação
- (C) Será realizada pela gestão escolar em conjunto com professores da classe comum e do AEE; a equipe considerará os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; bem como a limitação no desempenho de atividades e a possível restrição de participação na classe comum
- (D) Será realizada por equipe interdisciplinar; a equipe considerará os impedimentos limitadores; as possibilidades de matrícula na classe comum ou na classe especial; as funções e estruturas mentais; fatores socioambientais; a limitação no desempenho cognitivo; a restrição de comunicação

8. IBFC - 2019

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Esta lei visa assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Quanto às verdades trazidas por esta lei, analise as afirmativas a seguir.

I. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

II. A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará, entre outros, os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo.

III. Conforme esta lei considera-se acessibilidade a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I apenas
- (B) II apenas
- (C) III apenas
- (D) I, II e III

9. IBFC - 2019

A Lei nº 13.146/2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Sobre como esta Lei em seu artigo 2º entende a pessoa com deficiência, assinale a alternativa **correta**.

- (A) É considerada pessoa com deficiência aquela que tem impedimento em curto, médio e longo prazo de natureza físico-motora, visual e auditiva que a impeçam de interagir com outras pessoas dignamente
- (B) Uma pessoa com deficiência é aquela que reconhecidamente, por diagnóstico clínico, for constatada com algum tipo de impedimento interativo de qualquer tipo ou origem
- (C) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas
- (D) A pessoa com deficiência concebida por esta Lei é concebida por toda e qualquer pessoa que exija quaisquer tipos de cuidados e necessidades especiais em seu processo de socialização

10. IBFC - 2019

A Lei nº 13.146/2015 instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Considere o disposto na legislação em pauta, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() Considera-se pessoa com deficiência àquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

() O Poder Judiciário criará instrumentos para avaliação da deficiência.

() As barreiras urbanísticas são aquelas existentes nos sistemas e meios de transportes.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V, V, V
- (B) V, V, F
- (C) V, F, F
- (D) F, F, V

11. IBFC - 2018

A Lei Brasileira da Inclusão nº 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, dispõe sobre os direitos desse público esclarecendo, inclusive, o conceito de acessibilidade e barreira. Para tanto, leia as alternativas abaixo e assinale aquela que apresenta corretamente esse conceito.

(A) Possibilidade de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertas ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, na zona urbana, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida

(B) Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida

(C) Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, edificações, transportes, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida

(D) Possibilidade de alcance para utilização de espaços de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida

12. IBFC - 2018

Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta. No artigo 3º da Lei 13.146/15, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), temos que:

I. Acessibilidade não consiste na possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, seus sistemas e tecnologias, somente de serviços públicos nas zonas urbanas, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

II. Barreiras na comunicação e informação compreendem qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.

III. Comunicação é a forma de interação dos cidadãos que abrange apenas as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos e o Braille, não abrangendo outros sistemas de sinalização ou comunicação e tecnologias.

- (A) Todas estão incorretas
- (B) Apenas III está incorreta
- (C) Apenas II está correta
- (D) Apenas I e III estão corretas
- (E) Todas estão corretas

13. IBFC - 2017

Tomando por base as disposições da lei federal nº 13.146, de 06/07/2015 que institui a lei de inclusão social da pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta.

- (A) A avaliação da deficiência, quando necessária, será psicossocial, realizada por equipe multiprofissional de uma mesma área disciplinar
- (B) A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar
- (C) É proibida qualquer forma de avaliação da deficiência

(D) A avaliação da deficiência é obrigatória, devendo ser psicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar

(E) A avaliação da deficiência é obrigatória, podendo ser biopsicossocial ou não, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar

14. IBFC - 2017

Tomando por base as disposições da lei federal nº 13.146, de 06/07/2015 que institui a lei de inclusão social da pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta sobre o que a referida lei considera expressa e especificamente como a pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

- (A) Atendente pessoal
- (B) Elemento de urbanização
- (C) Profissional de apoio escolar
- (D) Aparelho educacional
- (E) Servidor de acessibilidade

15. IBFC - 2017

A Lei nº 13.146/2015 foi promulgada com o intento de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência. Em um dos seus artigos foi estabelecida a avaliação biopsicossocial da deficiência.

Quanto ao tema, assinale a alternativa que **não** identifica um dos critérios expostos na referida norma para aferição da deficiência:

- (A) A limitação no desempenho das atividades pela pessoa tida como deficiente
- (B) Os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais do avaliando
- (C) Construção da linguagem e saúde psiquiátrica
- (D) Restrição de participação por parte do indivíduo
- (E) Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo

16. IBFC - 2016

Leia o fragmento a seguir:

A lei 13.146/2015, tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, é instituída a _____ (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

1. IBFC - 2023

A Nova Lei de Licitações (NLL), como ficou conhecida a Lei nº 14.133/21, trouxe novo significado para as discussões acerca do procedimento licitatório. Tal norma tratou de dirimir questões antes controvertidas entre os estudiosos da área, especialmente em relação ao início da licitação, apresentando as seguintes fases, em sequência: I - preparatória; II - de divulgação do edital de licitação; III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; IV - de julgamento; V - de habilitação; VI - recursal; VII - de homologação. Assinale a alternativa quanto ao inciso correto da Lei nº 14.133/21.

(A) §1º A fase referida no inciso **V** do caput deste artigo poderá, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases referidas nos incisos **III** e **IV** do caput deste artigo, desde que expressamente previsto no edital de licitação

(B) §2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma presencial, admitida a utilização da forma eletrônica, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo

(C) §3º Desde que previsto no edital, na fase a que se refere o inciso **VII** do caput deste artigo, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico

(D) §4º Nos procedimentos realizados por meio presencial, a Administração poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato presencial

(E) §5º Na hipótese excepcional de licitação sob a forma eletrônica a que refere o §2º deste artigo, a sessão pública de apresentação de propostas deverá ser gravada em áudio e vídeo, e a gravação será juntada aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento

2. IBFC - 2023

O artigo 11 da Lei Federal nº 14.133/2021 aponta quatro objetivos do processo licitatório. Assinale a alternativa que apresenta dois destes objetivos.

(A) Assegurar a seleção da proposta com melhor ciclo de vida do objeto e evitar contratações com sobrepreço

(B) Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e incentivar a inovação e o desenvolvimento sustentável

(C) Evitar contratações com preços inexequíveis e assegurar tratamento diferenciado entre os licitantes

(D) Evitar competição entre os licitantes e incentivar preços manifestamente inexequíveis

(E) Assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e evitar inovação

3. IBFC - 2022

Segundo a Lei nº 14.133/2021, o processo licitatório tem por objetivos os itens relacionados abaixo. Assinale a alternativa **incorreta**.

(A) Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto

(B) Incentivar a inovação e o desenvolvimento estratégico financeiro

(C) Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição

(D) Evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos

4. IBFC - 2022

Segundo a Lei nº 14.133/2021 o processo de licitação possui algumas fases. Assinale a alternativa **correta** que contém a sequência das fases.

(A) Recursal, habilitação, julgamento, preparatória, divulgação do edital, apresentação de propostas e lances e homologação

(B) Preparatória, divulgação do edital, apresentação de propostas e lances, habilitação, recursal, julgamento e homologação

(C) Preparatória, divulgação do edital, apresentação de propostas e lances, julgamento, habilitação, recursal e homologação

(D) Divulgação do edital, apresentação de propostas e lances, preparatória, habilitação, julgamento, recursal e homologação

5. IBFC - 2022

Para fins do Processo Licitatório previsto em Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021, a alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações. Para tanto, no processo licitatório deve-se observar:

I. Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis.

II. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

III. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

IV. Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 desta Lei.

Estão **corretas** as afirmativas:

- (A) I e II apenas
- (B) III apenas
- (C) I, II, III e IV
- (D) IV apenas

6. IBFC - 2022

A Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021 estabelece normas gerais do processo licitatório que tem por objetivos:

I. Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.

II. Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.

III. Evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos

IV. Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) III apenas
- (B) I apenas
- (C) I e II apenas
- (D) I, II, III e IV

7. IBFC - 2022

No que se refere ao disposto na Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) sobre processo licitatório, assinale a alternativa que apresenta incorretamente um dos objetivos do processo licitatório.

(A) Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto

(B) Evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos

(C) Estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais

(D) Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável

(E) Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição

8. IBFC - 2022

No que concerne às disposições previstas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), a pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

I. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados.

II. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração.

III. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio, salvo de forma isolada.

Estão **corretas** as afirmativas:

- (A) I, II e III
- (B) I e II apenas
- (C) II e III apenas
- (D) I e III apenas
- (E) I apenas

9. IBFC - 2022

Acerca das disposições legais da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() O processo de licitação observará, via de regra, as seguintes fases, em sequência: I - preparatória; II - de divulgação do edital de licitação; III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; IV - de julgamento; V - de habilitação; VI - recursal; VII - de homologação.

() Nos procedimentos realizados por meio eletrônico, a Administração poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico.

() As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo. Assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta** de cima para baixo.

- (A) V - V - V
- (B) V - F - V
- (C) F - F - V
- (D) V - V - F

10. IBFC - 2021

Nas etapas e fases de um processo de licitação, podemos afirmar que:

I. Uma licitação é dividida em duas fases: interna, que acontece após a publicação do edital; e externa, que acontece antes da publicação do edital.

II. A etapa externa inicia-se com a publicação do aviso de licitação e conta com as seguintes etapas: habilitação ou apresentação de propostas, julgamento e classificação e finalizando com a homologação.

III. A etapa interna é a preparação para o procedimento licitação e nela se define qual será o objeto da compra ou contratação, além de definir o tipo e a modalidade de licitação. Nesta fase, é realizada internamente pela Administração Pública sem a participação dos licitantes interessados.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I apenas
- (B) II apenas
- (C) III apenas
- (D) I, II e III

11. IBFC - 2024

Em 2010, a Lei nº 12.305 foi sancionada e a Política Nacional de Resíduos Sólidos foi instituída e 15 objetivos e princípios ressaltados.

A respeito dessa política, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos
- (B) Estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços
- (C) Estimo a independência dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade individual pelo ciclo de vida dos produtos para facilitar a logística e autonomia
- (D) Articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos
- (E) Incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados

12. IBFC - 2024

Considerando a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), assinale a alternativa que apresenta qual das seguintes afirmativas descreve corretamente a relação entre gestão de resíduos sólidos e engenharia reversa.

- (A) A engenharia reversa é um método utilizado na gestão de resíduos sólidos para aumentar a produção de resíduos recicláveis, por meio da desmontagem de produtos e da separação de materiais para posterior reaproveitamento
- (B) Na gestão de resíduos sólidos, a engenharia reversa consiste no retorno de resíduos perigosos aos seus processos de origem, visando minimizar os impactos ambientais e os riscos à saúde
- (C) A engenharia reversa é uma abordagem utilizada na gestão de resíduos sólidos para identificar a composição e as características de produtos descartados, possibilitando o desenvolvimento de estratégias para sua reciclagem e reaproveitamento
- (D) Na gestão de resíduos sólidos, a engenharia reversa refere-se ao processo de incineração de resíduos para reduzir seu volume e minimizar a necessidade de disposição final em aterros sanitários
- (E) A engenharia reversa na gestão de resíduos sólidos envolve a aplicação de métodos de tratamento físico-químico para converter resíduos não recicláveis em materiais úteis, como fertilizantes e combustíveis alternativos

13. IBFC - 2023

A política Nacional de Resíduos Sólidos foi instituída pela Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010. Analise as afirmativas a seguir e dê valores **Verdadeiro (V)** ou **Falso (F)** para as opções que configuram instrumentos dessa política.

() Fundo Nacional do Meio Ambiente

() Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente

() Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

() Sistema de Dados em Saneamento Básico Brasileiro

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta** de cima para baixo.

(A) V - V - V - F

(B) V - V - F - V

(C) V - F - V - F

(D) F - V - V - V

(E) V - F - V - V

14. IBFC - 2023

Em relação aos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, descritos no seu Art. 8º, Capítulo III, assinale a alternativa **incorreta**.

(A) Estão inclusos os Planos de resíduos sólidos como um destes instrumentos

(B) A coleta seletiva e os sistemas de logística reversa são instrumentos citados na lei, indicando a responsabilidade compartilhada do ciclo de vida dos produtos

(C) São citados como instrumentos a educação ambiental e o incentivo à criação e desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis

(D) A fiscalização e a aplicação de multas para infrações na coleta de resíduos sólidos em locais inadequados é um dos instrumentos citados nessa lei

(E) Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos

15. IBFC - 2023

A Lei nº 12.305 de 12 de agosto de 2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos. Considerando o disposto sobre a classificação quanto a origem e a periculosidade, analise as afirmativas a seguir e dê valores **Verdadeiro (V)** ou **Falso (F)**.

() Os resíduos perigosos são aqueles que apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade.

() São considerados resíduos de mineração os gerados apenas na extração de minérios.

() Os resíduos gerados em aeroportos, portos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários são chamados de resíduos de serviços de transportes.

() São considerados resíduos não perigosos apenas os resíduos orgânicos e domésticos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta** de cima para baixo.

(A) V - F - V - F

(B) F - V - V - F

(C) V - V - F - V

(D) V - F - F - V

(E) F - F - F - V

16. IBFC - 2023

A Lei nº 12.305/2010 contém instrumentos importantes para o enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) cria também uma hierarquia que deve ser observada para a gestão dos resíduos. Sobre esta hierarquia, assinale a alternativa **correta**.

(A) Redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, instituindo uma ordem de precedência que deixa de ser voluntária e passa a ser obrigatória

(B) Não geração, redução, reutilização, reciclagem, e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, instituindo uma ordem de precedência que deixa de ser voluntária e passa a ser obrigatória

(C) Redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, instituindo uma ordem de precedência que deixa de ser voluntária e passa a ser obrigatória

(D) Não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, instituindo uma ordem de precedência voluntária

(E) Não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, instituindo uma ordem de precedência que deixa de ser voluntária e passa a ser obrigatória

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. IBFC - 2023

Nas últimas versões do Sistema Operacional Windows já vem incluído um programa Antivírus. O nome desse programa é:

- (A) Microsoft Total Defender
- (B) Windows Total Protector
- (C) Microsoft Guardian Total
- (D) Windows Total Defender
- (E) Microsoft Defender Antivírus

2. IBFC - 2023

Quanto aos principais aplicativos do Windows 10, analise as afirmativas abaixo.

1- As Notas Autoadesivas são um aplicativo do Windows 10 que permite criar lembretes na tela do computador com cores e tamanhos diferentes.

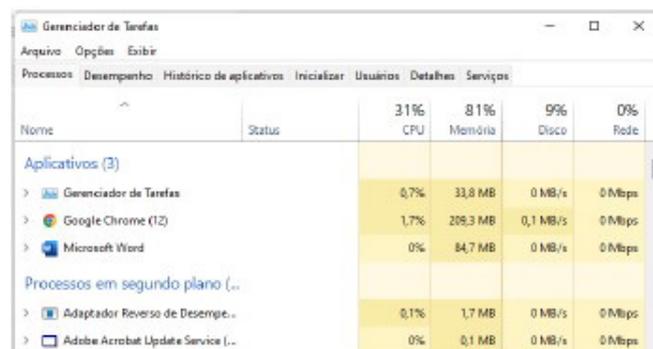
2- A Calculadora é um aplicativo do Windows 10 que permite realizar diversos cálculos matemáticos, além de conversões de unidades e moedas.

Assinale a alternativa **correta**.

- (A) As duas afirmativas são verdadeiras
- (B) A afirmativa 1 é verdadeira e a 2 é falsa
- (C) A afirmativa 2 é verdadeira e a 1 é falsa
- (D) As duas afirmativas são falsas

3. IBFC - 2022

Você está trabalhando com a plataforma Windows. Um determinado programa está em memória e você não consegue encerrá-lo. Para essa tarefa o Sistema Operacional permite que o programa seja acessado por uma janela, e através desta janela efetuar o seu encerramento. A tela apresentada a seguir é a que deve ser acessada, sendo a mesma acionada pelo que se descreve na alternativa:



- (A) ALT+TAB
- (B) CTRL+SHIFT+DEL
- (C) ALT+CTRL+DEL
- (D) CTRL+TAB

4. IBFC - 2022

No Windows temos atalhos que são de conhecimento geral que ajudam na manipulação de arquivos e funções dentro dos softwares. Assinale abaixo a alternativa que está tecnicamente **correta** quanto a funcionalidade dos atalhos.

- (A) Ctrl + C (colar)
- (B) Ctrl + X (desfazer última ação)
- (C) Ctrl + R (recortar)
- (D) Ctrl + A (seleciona todos os itens da página)

5. IBFC - 2022

Na grande maioria de computadores, com o Windows, o teclado possui uma tecla específica caracterizada com as seguintes letras: "PrtScr", ou algo muito semelhante. A principal finalidade desta tecla de atalho é a de:

- (A) gravar em um arquivo todas as posições das telas abertas em um computador
- (B) imprimir diretamente para uma impressora o que estiver na tela do computador
- (C) testar a qualidade de impressão imprimindo uma folha de teste especial
- (D) capturar uma imagem de toda a tela e a copiar para a Área de Transferência

6. IBFC - 2022

Assinale, das alternativas a seguir, a única que identifica corretamente a forma de compactar um arquivo (ZIP) selecionado no Windows 10.

- (A) Clicar com o botão direito do mouse no arquivo, selecionar "Criar atalho" e, em seguida, selecionar "Pasta compactada"
- (B) Clicar com o botão direito do mouse no arquivo, selecionar "Renomear" e, em seguida, selecionar "Pasta compactada"
- (C) Clicar com o botão direito do mouse no arquivo, selecionar "Enviar para" e, em seguida, selecionar "Pasta compactada"
- (D) Clicar com o botão direito do mouse no arquivo, selecionar "Copiar" e, em seguida, selecionar "Pasta compactada"
- (E) Simplesmente clicar com o botão esquerdo do mouse no arquivo, e selecionar "Pasta compactada"

7. IBFC - 2022

O Sistema Operacional é o cérebro de um computador. O Sistema Operacional mais usado no mundo em computadores de mesa e notebooks é o:

- (A) Android
- (B) Linux

- (C) Mac OS
- (D) Windows

8. IBFC - 2021

Organizar o espaço em disco, eliminar fragmentos de arquivos e alocar os arquivos mais usados na região de acesso mais rápido do disco, são características de uma das ferramentas do Windows. Assinale a alternativa correta sobre qual ferramenta do Windows 10, idioma Português, configuração padrão possui tais recursos.

- (A) Windows Defender
- (B) Desfragmentador de disco
- (C) Windows Allocation
- (D) Prompt do DOS

9. IBFC - 2021

Sobre teclas de atalho do Windows 10, idioma Português, configuração padrão, assinale a alternativa correta sobre qual combinação de teclas exibe a propriedade do item selecionado:

- (A) Alt + F8
- (B) Alt + Enter
- (C) Alt + Esc
- (D) Alt + Tab

10. IBFC - 2020

Otávio entrou em contato com seu provedor de internet para resolver um problema de conexão com a internet em um computador que utiliza Windows 10, idioma português, configuração padrão. O atendente do suporte técnico solicitou a informação do endereço IP do computador na rede. Assinale a alternativa que apresenta corretamente como obter este endereço em linha de comando.

- (A) netsh -a
- (B) ipconfig
- (C) getip -a
- (D) ifconfig
- (E) ipaddress

11. IBFC - 2020

Sobre as Ferramentas de Lixeira do sistema operacional Windows 10, idioma português, configuração padrão, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Esvaziar Lixeira
- (B) Propriedades da Lixeira
- (C) Compactar Lixeira
- (D) Restaurar todos os itens
- (E) Restaurar os itens selecionados

12. IBFC - 2019

Ao manipular um arquivo, o mesmo foi indevidamente deletado. Ou seja, foi parar na Lixeira do Windows. Sobre as ações tecnicamente verdadeiras, assinale a alternativa correta.

- (A) somente existe a possibilidade de recuperar o arquivo por meio do último backup
- (B) uma vez na Lixeira do Windows a recuperação é impossível
- (C) se clicar sobre o arquivo, com o botão direito do mouse, existe a opção de “restaurar”
- (D) a restauração somente poderá ser executada por meio do aplicativo Restore

13. IBFC - 2019 O Microsoft Word (MS-Word) é um software proprietário integrante do pacote Office. É uma ferramenta que pode ser empregada com eficiência para fazer a diagramação de textos. A esse respeito, analise as afirmações abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() O MS-Word possibilita que se o arquivo seja encriptado com o uso de uma senha, bastando habilitar o recurso durante o processo de salvar o arquivo.

() O MS-Word permite salvar arquivos no formato somente leitura para evitar alterações acidentais por pessoas durante processos de revisão, por exemplo.

() PDF um formato muito comum de arquivos de texto em virtude de ser muito robusto na manutenção da formatação original. O MS-Word em todas as suas versões, entretanto, não possibilita converter arquivos para PDF sendo necessário o uso de um aplicativo externo ao pacote Office.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V, V, F
- (B) F, V, V
- (C) V, V, V
- (D) V, F, V

14. IBFC - 2019

Quanto ao Editor de Texto da Microsoft, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() a tecla “Delete” apaga o caractere imediatamente à direita do cursor.

() a tecla “Home” apaga o caractere imediatamente à esquerda do cursor.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta** de cima para baixo.

- (A) V, F
- (B) V, V
- (C) F, V
- (D) F, F

15. IBFC - 2018

Quanto ao aplicativo para edição de textos do pacote da Microsoft Office temos um botão com o símbolo equivalente ao símbolo de pi: “ π ”. Esse botão tem a funcionalidade de:

- (A) desenvolver cálculos relativos a operações trigonométricas
- (B) apresentar no meio do texto o valor numérico de pi, ou seja: 3,14
- (C) mostrar ou ocultar marcas de formatação
- (D) realizar cálculos matemáticos relativos a uma tabela

16. IBFC - 2017

A tecla de atalho que possibilita no editor de texto Word da Microsoft excluir caracteres da direita para a esquerda é denominada:

- (A) End
- (B) Backspace
- (C) Home
- (D) Del
- (E) Tab

17. IBFC - 2020

Com base na planilha do Excel abaixo (do Pacote Microsoft Office), assinale a alternativa que apresenta a fórmula correta que está embutida na célula C2 .

	A	B	C
1	1	4	2
2	2	5	144

- (A) =SOMA(C1:B2)^A1
- (B) =SOMA(B1:B2)^B1
- (C) =SOMA(A1:B2)^C1
- (D) =SOMA(A1:A2)^C1
- (E) =SOMA(C1:B2)^B1

18. IBFC - 2019

Uma planilha é implementada conforme descrito abaixo:

	A	B	C
1	20	=SOMA(A1:A4)	=SOMA(B1;B1:B4)
2	40	=CONT.SE(A1:A4;"<>")	
3	60		
4			

Assinale a alternativa que indica corretamente os conteúdos da célula C1.

- (A) 243
- (B) 123
- (C) 240
- (D) 360

19. IBFC - 2019

Com base na planilha do Excel abaixo, do pacote Microsoft Office, assinale a alternativa que apresenta o resultado da fórmula: =SOMA(B1:C2)+MÉDIA(A1:B2).

	A	B	C
1	6	8	9
2	2	4	7

- (A) 48
- (B) 25
- (C) 33
- (D) 20

ATOS NORMATIVOS

1. IBFC - 2024

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018), assinale a alternativa que apresente corretamente a definição legal de órgão de pesquisa:

- (A) Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional
- (B) Órgão indicado pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)
- (C) Órgão do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco
- (D) Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico
- (E) Órgão ou entidade, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador

2. IBFC - 2023

Assinale a alternativa correta sobre as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

- (A) A Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, excluindo os meios digitais
- (B) A Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade
- (C) A disciplina da proteção de dados pessoais não tem como fundamento o respeito à privacidade
- (D) É possível a realização do tratamento de dados pessoais para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos
- (E) A Lei não disciplina sobre o tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes

3. IBFC - 2023

De acordo com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa fé e os seguintes princípios:

- (A) Insegurança
- (B) Inadequação
- (C) Finalidade
- (D) Discriminação
- (E) Responsabilização, sem prestação de contas

4. IBFC - 2023

Analise as afirmativas abaixo de acordo com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

I. A Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

II. As normas gerais contidas na Lei são de interesse regional e devem ser observadas apenas pelos Estados e Distrito Federal.

III. A lei aplica-se ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.

Assinale a alternativa **correta**.

- (A) Apenas a afirmativa I está correta
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- (C) As afirmativas I, II e III estão corretas
- (D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- (E) Apenas as afirmativas I e III estão corretas

5. IBFC - 2023

A Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Acerca das disposições da LGPD, assinale a alternativa que apresenta a definição do princípio da finalidade.

(A) Compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento

(B) Limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados

(C) Realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades

(D) Garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais

6. IBFC - 2023

Acerca da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), assinale a alternativa que está no âmbito de aplicação da lei.

(A) Tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos

(B) Tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalístico e artísticos

(C) Tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de atividades de investigação e repressão de infrações penais

(D) Tratamento de dados pessoais realizada por pessoa natural, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que a operação de tratamento seja realizada no território nacional

7. IBFC - 2023

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a alternativa que apresente o conceito de encarregado para os fins da LGPD.

(A) Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador

(B) Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais

(C) Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)

(D) Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento

8. IBFC - 2023

A Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), dispõe sobre o tratamento de dados pessoais com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. A respeito dessa lei, analise as afirmativas a seguir e dê valores **Verdadeiro (V)** ou **Falso (F)**.

() A supremacia do interesse público é um dos fundamentos que disciplina a proteção de dados pessoais.

() A Lei Geral de Proteção de Dados se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.

() Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados, considera-se controlador a pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

() O juiz, no processo civil, poderá inverter o ônus da prova a favor do titular dos dados quando, a seu juízo, for verossímil a alegação, houver hipossuficiência para fins de produção de prova ou quando a produção de prova pelo titular resultar-lhe excessivamente onerosa.

() Os agentes de tratamento só não serão responsabilizados quando provarem, entre outros, que não realizaram o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta** de cima para baixo.

(A) V - F - F - V - V

(B) F - F - V - F - V

(C) F - F - F - V - V

(D) V - F - V - F - V

(E) F - V - F - V - F

9. IBFC - 2023

Segundo a Lei de Proteção de Dados a disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos listados abaixo. Assinale a alternativa que **não** apresenta um destes fundamentos.

(A) Respeito à privacidade

(B) Autodeterminação informativa

(C) Desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação

(D) Viabilidade da intimidade, da honra e da imagem

10. IBFC - 2023

Segundo a Lei de Proteção de Dados, analise as afirmativas abaixo.

I. Dado pessoal sensível é toda informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

II. Dado anonimizado é dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

Diante do exposto, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Apenas a afirmativa I está correta
- (B) Apenas a afirmativa II está correta
- (C) As afirmativas I e II estão corretas
- (D) As afirmativas I e II estão incorretas

11. IBFC - 2022

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Analise as alternativas abaixo e assinale que a presente **incorretamente** um dos fundamentos da disciplina da proteção de dados pessoais:

- (A) Os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais
- (B) A livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor
- (C) A propriedade privada e o sigilo da fonte
- (D) O desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação
- (E) A inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem

12. IBFC - 2022

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, traz alguns conceitos importantes. Assinale a alternativa que apresente **corretamente** o conceito de anonimização para os fins da LGPD.

- (A) Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada
- (B) Suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados

(C) Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo

(D) Exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado

(E) Transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro

13. IBFC - 2022

As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e obedecer aos princípios expressos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018). Acerca das disposições da LGPD, assinale a alternativa que apresenta corretamente a definição do princípio da necessidade.

(A) Compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento

(B) Garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais

(C) Realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades

(D) Garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento

(E) Limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados

14. IBFC - 2022

No que diz respeito às definições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018), assinale a alternativa que apresenta a definição de bloqueio.

(A) Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo

(B) Transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro

(C) Exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado

(D) Suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados

15. IBFC - 2022

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018), assinale a alternativa que apresenta corretamente a definição de uso compartilhado de dados.

(A) Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração

(B) Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico

(C) Documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco

(D) Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados

16. IBFC - 2022

Assinale a alternativa incorreta, considerando a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), os princípios e a boa-fé que deverão ser observados.

(A) Finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades

(B) Necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados

(C) Livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais

(D) Qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento

(E) Não discriminação: possibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos

17. IBFC - 2022

No que se refere ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), assinale a alternativa que expressa corretamente o princípio da segurança.

(A) Garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial

(B) Adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais

(C) Utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão

(D) Impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos

18. IBFC - 2022

Acerca das disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – LGPD) e os conceitos expressos na LGPD, assinale a alternativa que apresenta corretamente o conceito de encarregado.

(A) Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais

(B) Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador

(C) Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)

(D) Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. IBFC - 2023

Os requisitos do ato administrativo, são os componentes que o ato deve reunir para ser perfeito e válido. Sete são os requisitos do ato administrativo, assim denominados: agente público competente, finalidade, forma, motivo, conteúdo, objeto e causa. Assinale a alternativa correta que corresponde a seguinte característica: “É a circunstância de fato ou de direito que autoriza ou impõe ao agente público a prática do ato administrativo.”

- (A) Motivo
- (B) Forma
- (C) Finalidade
- (D) Causa

2. IBFC - 2023

“É o que o ato prescreve, ou dispõe: “o que o ato decide, enuncia, certifica, opina ou modifica na ordem jurídica”. Em última análise, é a modificação do ordenamento jurídico. Por exemplo: a outorga de uso, no ato de permissão de uso de bem público; o desligamento do agente público, no ato de exoneração de funcionário ocupante de cargo de provimento em comissão; e o horário de funcionamento, no ato que fixa os momentos de abertura e de encerramento do expediente das repartições públicas”. Assinale a alternativa que apresenta essa definição de requisito de ato administrativo.

- (A) Objeto
- (B) Conteúdo
- (C) Causa
- (D) Forma

3. IBFC - 2024

A respeito do ato administrativo, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A revogação é a retirada do ato administrativo pelo Poder Público por razões de conveniência e oportunidade, sempre relacionadas ao atendimento do interesse público
- (B) A anulação (ou invalidação) é a retirado do ato administrativo pelo Poder Público em virtude de estar em desconformidade com a ordem jurídica

(C) Nos casos de incompetência em razão da forma, a convalidação é regra, em face do amplo reconhecimento doutrinário e legal da adoção do princípio do formalismo moderado no direito brasileiro

(D) A revogação somente pode atingir os atos administrativos vinculados

4. IBFC - 2023

Dentre as fontes do Direito Administrativo, inserem-se inúmeros tipos de atos normativos emanados da própria Administração Pública. Eles são expedidos, seja pelo Chefe do Poder Executivo, seja por órgãos da Administração direta, seja por entidades da Administração indireta. Todos esses atos normativos podem ser enquadrados na categoria de regulamento, em sentido amplo, embora o poder regulamentar, por excelência, incumba ao Chefe do Poder Executivo das três esferas de governo (art. 84, IV, da Constituição Federal, repetido nas Constituições estaduais e leis orgânicas distritais e municipais).

Mas existem outros tipos de atos normativos com caráter regulamentar, expedidos por órgãos ou entidades da Administração Pública, como as resoluções, portarias, instruções, circulares, regimentos, ordens de serviço, avisos, além de atos normativos do Legislativo e do Judiciário, praticados no exercício de função administrativa. Assinale a alternativa que não representa um tipo de ato normativo.

- (A) Decretos legislativos subordinam-se hierarquicamente à Constituição e à lei
- (B) Pareceres normativos sem a obrigatoriedade de subordinar-se hierarquicamente à Constituição e à lei
- (C) Provimentos dos Tribunais em matéria de sua respectiva competência
- (D) Resoluções do Legislativo subordinam-se hierarquicamente à Constituição e à lei

5. IBFC - 2023

Uma das formas mais comuns de manifestação do desempenho da função administrativa, que é objeto central do estudo do Direito Administrativo, se dá pela prática de atos administrativos. _____ são caracterizados pela individualidade e subjetividade.

Assinale a alternativa que preencha **corretamente** a lacuna.

- (A) Atos-regra
- (B) Atos jurisdicionais
- (C) Atos subjetivos
- (D) Atos condição

6. IBFC - 2023

O Ato administrativo normativo deve ser estruturado em três partes:

- (A) preliminar, normativa e final
- (B) preliminar, ementa e final
- (C) ementa, alínea e fundamental
- (D) preliminar e normativa

7. IBFC - 2023

Analisados os princípios que estão na base de toda a função administrativa do Estado, é necessário examinar alguns dos poderes que deles decorrem para as autoridades administrativas; tais poderes são inerentes à Administração Pública pois, sem eles, ela não conseguiria fazer sobrepor-se a vontade da lei à vontade individual, o interesse público ao interesse privado. Embora o vocábulo poder dê a impressão de que se trata de faculdade da Administração, na realidade trata-se de poder-dever, já que reconhecido ao poder público para que o exerça em benefício da coletividade; os poderes são, pois, irrenunciáveis.

Dentre os poderes administrativos citamos, o poder normativo, o disciplinar e os decorrentes da hierarquia. Assinale a alternativa **incorreta** sobre as características do poder normativo.

- (A) Aquele não esgota toda a competência normativa da Administração Pública; é apenas uma de suas formas de expressão, coexistindo com outras
- (B) Cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa; é o caso dos estudantes de uma escola pública
- (C) Estabelecem normas sobre relações de supremacia geral, ou seja, aquelas relações que ligam todos os cidadãos ao Estado, tal como ocorre com as normas inseridas no poder de polícia, limitadoras dos direitos individuais em benefício do interesse público
- (D) Doutrinariamente, admitem-se dois tipos de regulamentos: o regulamento executivo e o regulamento independente ou autônomo

8. IBFC - 2023

No exercício dos Poderes da Administração Pública, assinale a alternativa que apresente o Poder relacionado à avocação de competência do órgão subordinado.

- (A) Poder Normativo
- (B) Poder Hierárquico
- (C) Poder de Polícia
- (D) Poder Disciplinar

9. IBFC - 2023

Toda Administração necessita de instrumentos para que o seu objetivo seja alcançado. Os poderes administrativos têm esse caráter instrumental. Assinale a alternativa que apresenta o poder administrativo que pode punir internamente as infrações funcionais dos servidores e pessoas sujeitas à relação especial com Administração Pública.

- (A) Poder disciplinar
- (B) Poder Hierárquico
- (C) Poder Regulamentar
- (D) Poder de polícia
- (E) Poder vinculado

10. IBFC - 2024

Sobre a organização da Administração Pública, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A Administração Direta se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios
- (B) A Administração Indireta compreende categorias de entidades dotadas de personalidade jurídica própria a exemplo das autarquias
- (C) As entidades compreendidas na Administração Indireta vinculam-se ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade
- (D) A Administração Direta se constitui das empresas privadas, que não têm relação alguma com o poder público
- (E) A Administração Federal compreende a Administração Direta e a Administração Indireta

11. IBFC - 2023

Sobre as características dos órgãos públicos, analise as afirmativas abaixo.

- I. Não tem patrimônio.
- II. Sempre criado por lei; (matéria de reserva legal = princípio da legalidade estrita).
- III. Não possui capacidade processual (exceção: órgãos independentes em defesa de suas prerrogativas institucionais).

IV. Não celebra contrato. Quem celebra contrato, em verdade, é pessoa jurídica que o órgão faz parte (obs. Artigo 37, §8º da CRFB/88).

Estão **corretas** as afirmativas:

- (A) I, III e IV apenas
- (B) I, II e IV apenas
- (C) II e III apenas
- (D) I, II, III e IV

12. IBFC - 2023

Sobre Administração Pública, analise as afirmativas abaixo.

I. Administração Pública em sentido institucional, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do governo.

II. Administração Pública em sentido funcional, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral.

III. Administração Pública em sentido operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III
- (B) I apenas
- (C) II apenas
- (D) III apenas
- (E) II e III apenas

13. IBFC - 2024

A respeito das autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() As autarquias podem criar regras jurídicas de auto-organização.

() As empresas públicas são dotadas de personalidade jurídica de direito público.

() A natureza dos bens das autarquias é a de bens públicos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V - F - V
- (B) F - V - F
- (C) F - F - V
- (D) V - V - F

14. IBFC - 2023

Compõem a Administração Indireta, no direito positivo brasileiro, as autarquias, as fundações instituídas pelo Poder Público, as sociedades de economia mista, as em-

presas públicas, as subsidiárias dessas empresas e os consórcios públicos. Dessas entidades citadas assinale a alternativa correta sobre qual é exclusiva da pessoa jurídica de direito público.

- (A) As autarquias
- (B) As fundações instituídas pelo Poder Público
- (C) As sociedades de economia mista
- (D) Os consórcios públicos

15. IBFC - 2023

No que tange as entidades da Administração Indireta e suas modalidades e natureza jurídica, é importante conhecer a diferença que existe, quanto ao regime jurídico, entre as pessoas de direito público e as de direito privado. Assinale alternativa que não apresenta uma característica das pessoas privadas.

- (A) Origem na vontade do particular
- (B) Liberdade de fixar, modificar, prosseguir ou deixar de prosseguir seus próprios fins
- (C) Ausência de prerrogativas autoritárias
- (D) Sujeição a controle positivo do Estado

16. IBFC - 2023

Ainda sobre as entidades da Administração Indireta e suas modalidades e natureza jurídica, assinale a alternativa **correta** que representa uma característica das Pessoas Públicas.

- (A) Fim geralmente lucrativo
- (B) Origem na vontade do Estado
- (C) Finalidade de interesse particular
- (D) Liberdade de se extinguir

17. IBFC - 2023

A Administração Federal compreende a Administração Direta e Administração Indireta. Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir e dê valores **Verdadeiro (V)** ou **Falso (F)**.

() Administração Direta é constituída por serviços integrados na estrutura Administrativa da Presidência da República e Ministérios.

() Sociedade de economia mista é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, para exploração de atividade econômica, como sociedade anônima.

() Fundações públicas são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público com patrimônio próprio e capital da União. Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V - V - F
- (B) F - F - F
- (C) V - V - V

(D) F - F - V

(E) V - F - F

18. IBFC - 2023

Planejamento é um dos princípios fundamentais da Administração Pública. Este planejamento visa promover o desenvolvimento econômico-social do país e a segurança nacional. Diante do exposto, assinale a alternativa incorreta sobre os instrumentos básicos deste planejamento.

- (A) Plano geral de governo
- (B) Programas gerais, setoriais e regionais de duração plurianual
- (C) Orçamento-programa anual
- (D) Programação financeira de desembolso
- (E) Plano executivo estratégico ambiental

19. IBFC - 2023

Sobre Direito Administrativo leia as afirmativas abaixo.

I. Administração direta compreende as pessoas jurídicas políticas, isto é, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e órgãos que integram tais pessoas por desconcentração, sem personalidade jurídica própria, aos quais a lei confere o exercício de funções administrativas.

II. Autarquia é uma forma de Administração indireta e significa comando de si mesmo ou direção própria.

Diante do exposto, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Apenas a afirmativa I está correta
- (B) Apenas a afirmativa II está correta
- (C) As afirmativas I e II estão incorretas
- (D) As afirmativas I e II estão corretas

20. IBFC - 2023

São servidores públicos, em sentido amplo, as pessoas físicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da Administração Indireta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos. A respeito dos servidores públicos, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Os servidores temporários, contratados por tempo indeterminado para atender qualquer necessidade e são vinculados a cargo ou emprego público
- (B) Os servidores estatutários, sujeitos ao regime estatutário e ocupantes de cargos públicos
- (C) Os empregados públicos, contratados sob o regime da legislação trabalhista e ocupantes de emprego público
- (D) Os servidores temporários, contratados por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, da Constituição); eles exercem função, sem estarem vinculados a cargo ou emprego público

21. IBFC - 2023

Os agentes públicos se dividem em agentes políticos, servidores públicos e particulares em colaboração com o Estado. Assinale a alternativa que apresenta um agente político.

- (A) Assessor Parlamentar
- (B) Fiscal do IBAMA
- (C) Vereador
- (D) Funcionário da Petrobrás
- (E) Diretora escolar

22. IBFC - 2023

De acordo com a Lei nº 8.112/90 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Federais), analise o texto a seguir e assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

“ _____ é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor”.

- (A) Posse
- (B) Nomeação
- (C) Exercício
- (D) Concurso
- (E) Cargo Público

23. IBFC - 2023

Com base na Lei nº 8.112/90 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Federais), analise as afirmativas a seguir e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() A nacionalidade brasileira é um dos requisitos básicos para investidura em cargo público.

() A idade mínima para a investidura em cargo público é de 21 anos.

() A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V - V - V
- (B) V - V - F
- (C) V - F - V
- (D) F - F - V
- (E) F - F - F

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. IBFC - 2022

São princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais, dentre outros:

- (A) garantia de desenvolvimento nacional e não-intervenção
- (B) construção de uma sociedade livre, justa e solidária e defesa da paz
- (C) prevalência dos direitos humanos e concessão de asilo político
- (D) igualdade entre os Estados e pluralismo político

2. IBFC - 2022

Como é sabido, o art.3º da Constituição Federal de 1988 regulamenta os objetivos fundamentais de nosso país, ou seja, trata-se de um “roteiro”, um “projeto” de nação, a partir do qual o Estado Brasileiro deveria se dirigir com o intuito de cumprir tais objetivos, haja vista o fato de que se o Constituinte Originário assim previu, é pelo motivo de naquele momento, ainda não ter, enquanto nação, realizado política e socialmente, tais “promessas”. Muito do que aparece ali, já fazia parte do ideário do constitucionalismo moderno desde os períodos revolucionários do século XVIII, especialmente o francês, do qual nosso constitucionalismo pátrio carrega muitas características. Sendo assim, analise as afirmativas abaixo e após assinale aquela que, nos termos do art. 3º, da Constituição Federal de 1988 (CF/88) está correta.

I. A construção de uma sociedade livre, igual e fraterna está prevista como um dos objetivos fundamentais da República Brasileira, nos termos do supracitado art. 3º, da CF/88.

II. A Erradicação da marginalidade e da desigualdade, e a Redução da pobreza, fazem parte de um objetivo fundamental previsto na CF/88.

III. Existe um objetivo fundamental que está formulado a partir da compreensão política, econômica e social do que chamamos de desenvolvimento nacional, mesmo quando a própria Constituição busca, globalmente, mas em outro momento, a cooperação dos povos para o progresso da humanidade.

IV. A proteção de todos, sem preconceitos de qualquer natureza, aliada a prevalência dos direitos humanos e o pluralismo político, fazem parte do rol dos objetivos fundamentais previstos na CF/88.

Estão **corretas** as afirmativas:

- (A) I, II e IV apenas
- (B) III e IV apenas
- (C) I, II e III apenas
- (D) I e III apenas

3. IBFC - 2022

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios enumerados na CF. Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresenta **incorretamente** um desses princípios.

- (A) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade
- (B) Repúdio ao terrorismo e ao racismo
- (C) Prevalência dos direitos humanos
- (D) Dependência nacional

4. IBFC - 2022

Acerca dos princípios fundamentais expressos na Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas a seguir e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal.

() São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Militar e o Judiciário.

() A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta** de cima para baixo.

- (A) V - V - V
- (B) V - F - V
- (C) F - F - V
- (D) V - V - F

5. IBFC - 2022

Análise as afirmativas abaixo acerca das disposições da Constituição Federal de 1988.

I. Construir uma sociedade livre, justa e solidária é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

II. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelo princípio da defesa da paz.

III. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Policial e o Judiciário.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III
- (B) I e II apenas
- (C) II e III apenas
- (D) I apenas

6. IBFC - 2024

Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988 acerca dos remédios constitucionais, analise as afirmativas abaixo.

I. Conceder-se-á _____ para proteger direito líquido e certo, não amparado por “habeas-corpus” ou “habeas-data”, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

II. Conceder-se-á _____ sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

III. Qualquer cidadão é parte legítima para propor _____ que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- (A) mandado de segurança / ação popular / mandado de injunção
- (B) mandado de injunção / mandado de segurança / ação popular
- (C) mandado de segurança / mandado de injunção / ação popular
- (D) ação popular / mandado de injunção / mandado de segurança

7. IBFC - 2023

A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos expressos no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

(A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação policial

(B) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem de autoridade, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal

(C) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

(D) As entidades associativas não necessitam de autorização expressa para representar seus filiados extrajudicialmente

(E) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que comuniquem previamente a autoridade competente e estejam regularmente autorizados

8. IBFC - 2023

A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos dispostos no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() As associações poderão ter suas atividades suspensas por decisão judicial, ainda que sem trânsito em julgado.

() É plena a liberdade de associação de caráter paramilitar, desde que possuam fins lícitos.

() A criação de associações dependem de autorização.

() É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, dele sair com seus bens.

() É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral. Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V - F - F - V - V
- (B) F - F - V - F - V
- (C) F - F - F - V - V
- (D) V - F - V - F - V
- (E) F - V - F - V - F

9. IBFC - 2022

Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() O direito à vida, previsto de forma genérica no art. 5º, caput, abrange tanto o direito de não ser morto (ou direito de continuar vivo), como também o direito de ter uma vida digna.

() Em decorrência do direito à vida, é proibido, em qualquer hipótese, a pena de morte.

() Não é possível interrupção terapêutica da gestação de feto anencéfalo, em observância ao direito à vida.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V - V - V
- (B) V - F - F
- (C) F - F - V
- (D) V - V - F
- (E) F - V - F

10. IBFC - 2022

Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, sem exceções.

II. São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

III. É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

Estão **corretas** as afirmativas:

- (A) I, II e III
- (B) I e II apenas
- (C) II e III apenas
- (D) I apenas

11. IBFC - 2024

A Constituição Federal prevê um rol de direitos sociais. Acerca da previsão constitucional, assinale a alternativa que apresenta incorretamente um direito social:

- (A) Educação
- (B) Saúde
- (C) Alimentação
- (D) Transporte
- (E) Sufrágio

12. IBFC - 2023

Direitos sociais são todos os direitos fundamentais e garantias básicas que devem ser compartilhados por todos os seres humanos em sociedade. Observando os direitos sociais elencados no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que apresenta direito não pertencente a essa relação.

- (A) Transporte
- (B) Lazer
- (C) Proteção à infância
- (D) Trabalho
- (E) Cultura

13. IBFC - 2023

A respeito das regras de nacionalidade inscritas na Constituição da República Federativa do Brasil, observe os casos abaixo e assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Amanda, nascida em Mossoró, no Rio Grande do Norte, filha de pais americanos que não estão no Brasil a serviço de seu país, é brasileira nata
- (B) Beatriz, nascida na Alemanha, filha de pai francês e cuja mãe brasileira se encontra naquele país estrangeiro a serviço da República Federativa do Brasil, é brasileira nata
- (C) Caio, nascido na Itália, filho de mãe espanhola e cujo pai brasileiro não se encontra naquele país estrangeiro a serviço da República Federativa do Brasil, será brasileiro nato se, após atingida a maioridade, vier a residir no Brasil e optar pela nacionalidade brasileira
- (D) Diego, filho de pai e mãe moçambicanos, nascido em São Tomé e Príncipe, país que adota o português como língua oficial, será brasileiro naturalizado caso adquira a nacionalidade brasileira, na forma da lei, bastando, para tanto, residência por um ano ininterrupto no Brasil e idoneidade moral
- (E) Ester, nascida em Israel, casada com brasileiro nato há 20 anos e residindo em Parnamirim, no Rio Grande do Norte, há 16 anos ininterruptos, poderá requerer a nacionalidade brasileira e assim se tornar brasileira naturalizada, ainda que condenada por Estelionato

14. IBFC - 2024

De acordo com as disposições constitucionais sobre os direitos políticos, assinale a alternativa incorreta.

- (A) São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos
- (B) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos

(C) Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 180 dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos

(D) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente

(E) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito

15. IBFC - 2022

Acerca das disposições constitucionais sobre direitos políticos, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 (noventa) dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.

() O militar alistável é elegível e, se contar com menos de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

() A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

(A) V - V - V

(B) V - F - V

(C) F - F - V

(D) V - V - F

(E) F - V - F

16. IBFC - 2022

No que se refere às disposições constitucionais sobre partidos políticos, analise as afirmativas abaixo.

I. Os partidos políticos devem aplicar no mínimo 5% (cinco por cento) dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.

II. É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

III. Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

Estão corretas as afirmativas:

(A) I, II e III

(B) I e II apenas

(C) II e III apenas

(D) I e III apenas

(E) I apenas

17. IBFC - 2022

Acerca do procedimento para incorporação, subdivisão ou desmembramento dos Estados, assinale a alternativa correta.

(A) A incorporação, subdivisão ou desmembramento de Estados far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, à população diretamente interessada, após divulgação dos Estudos de Viabilidade, apresentados e publicados na forma da lei

(B) A incorporação, subdivisão ou desmembramento de Estados far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, à população diretamente interessada, após divulgação dos Estudos de Viabilidade, apresentados e publicados na forma da lei

(C) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e das respectivas Assembleias Legislativas, por lei

(D) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar

(E) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de referendo, e do Congresso Nacional, por lei complementar

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

1. IBFC - 2017

Assinale a alternativa **correta** que indique todos os símbolos da República de acordo com as normas da Constituição Federal sobre os símbolos da República.

- (A) São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino e o selo nacionais
- (B) São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino e as armas nacionais
- (C) São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais
- (D) São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, as armas e o selo nacionais
- (E) São símbolos da República Federativa do Brasil o hino, as armas e o selo nacionais

2. IBFC - 2020

Com relação ao crime de peculato, analise as afirmativas abaixo e dê valores **Verdadeiro (V)** ou **Falso (F)**:

- () O Código Penal prevê hipótese de peculato culposo.
- () No peculato culposo, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.
- () É hipótese de peculato o ato de dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V, V, V
- (B) V, V, F
- (C) V, F, V
- (D) F, F, V

3. IBFC - 2018

A reparação do dano, a anterior à sentença transitada em julgado, faz com que seja extinta a punibilidade; se ocorre posteriormente, faz com que a pena seja reduzida de metade. Tal disposição legal se aplica ao crime de:

- (A) peculato mediante erro de outrem
- (B) peculato-furto
- (C) excesso de exação
- (D) peculato culposo

4. IBFC - 2023

O Código Penal dispõe sobre os Crimes contra a Administração Pública.

Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresenta corretamente a descrição do tipo penal do crime de concussão:

- (A) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio
- (B) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida
- (C) Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem
- (D) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem
- (E) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal

5. IBFC - 2022

Dentre as condutas descritas abaixo, assinale aquela que não se refere a um tipo penal praticado por particular contra a Administração Pública

- (A) Resistência
- (B) Concussão
- (C) Desobediência
- (D) Tráfico de Influência.

6. IBFC - 2018

A conduta típica de “fazer exigência de vantagem indevida, valendo-se da condição do cargo público, ou no exercício desta função”, configura o crime de:

- (A) prevaricação
- (B) concussão
- (C) condescendência criminosa
- (D) corrupção ativa

7. IBFC - 2022

Acerca dos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa que apresenta a descrição legal da corrupção passiva.

- (A) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida
- (B) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem
- (C) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio
- (D) Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício

8. IBFC - 2024

Acerca dos crimes contra a Administração Pública previstos no Código Penal, assinale a alternativa que apresenta corretamente a definição legal de condescendência criminosa:

- (A) Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho
- (B) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem
- (C) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida
- (D) Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente
- (E) Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei

9. IBFC - 2022

O Oficial de Justiça Sócrates, por indulgência, mas com a consciência de estar agindo indevidamente, deixou de responsabilizar seu subordinado Xenofonte que cometeu infração no exercício do cargo. Nesse caso, assinale a alternativa correta.

- (A) Sócrates praticou o crime de prevaricação
- (B) Sócrates praticou o crime de corrupção passiva
- (C) Sócrates praticou o crime de condescendência criminosa

- (D) Sócrates praticou o crime de corrupção passiva privilegiada
- (E) A conduta de Sócrates não constitui crime, pois agiu por indulgência, a qual configura mera infração administrativa

10. IBFC - 2022

O Analista Judiciário Platão, fora dos casos permitidos em lei, resolveu abandonar o cargo público exercido. Em relação à conduta que foi praticada, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A conduta de Platão configura o crime de abandono de função, que é classificado na doutrina como delito de mão própria
- (B) Em caso de prejuízo público, Platão responderá pelo crime de abandono de função em sua forma qualificada
- (C) A conduta de Platão constitui o crime de abandono de função, classificado na doutrina como delito omissivo próprio e que não admite a tentativa
- (D) Se o fato tiver ocorrido em lugar compreendido na faixa de fronteira, a pena será aplicada em dobro
- (E) Platão praticou crime contra a administração pública

11. IBFC - 2024

De acordo com as disposições do Código Penal sobre os crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa que apresenta corretamente a definição legal do crime de tráfico de influência:

- (A) Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício
- (B) Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função
- (C) Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela
- (D) Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria
- (E) Importar ou exportar mercadoria proibida

12. IBFC - 2022

No que se refere aos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa que apresenta corretamente a definição de tráfico de influência.

- (A) Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício
- (B) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário
- (C) Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente
- (D) Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função

13. IBFC - 2017

Não constitui crime contra a administração pública:

- (A) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa da lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal
- (B) Devassar o sigilo de proposta de concorrência pública, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo
- (C) Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadorias
- (D) Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de concurso público
- (E) Desobedecer à ordem legal de funcionário público

14. IBFC - 2024

Acerca dos crimes contra a administração da Justiça previstos no Código Penal, assinale a alternativa que apresenta corretamente a definição legal do tipo penal denominado favorecimento real.

- (A) Auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão
- (B) Prestar a criminoso, fora dos casos de coautoria ou de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime
- (C) Inovar artificialmente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito
- (D) Promover ou facilitar a fuga de pessoa legalmente presa ou submetida a medida de segurança detentiva

15. IBFC - 2024

João Silvério é proprietário de um restaurante em uma pequena cidade no interior do Paraná. Em uma confraternização entre comerciantes da região, Carlos Daniel, empresário do ramo de mineração, comentou com João Silvério que estava sendo processado na Justiça Estadual do Paraná por, supostamente, ter praticado crime ambiental. Carlos disse também, que o processo estava em fase instrutória, aguardando o laudo do perito para se ter a real dimensão do dano ambiental. Por fim, Carlos consignou que o perito, nomeado pelo juiz da causa, para a realização do laudo técnico pericial, se tratava da pessoa de José Heleno. Diante disso, João Silvério, no intuito de auferir vantagem pecuniária para si, disse a Carlos Daniel que o perito José Heleno é seu amigo íntimo e cliente assíduo do restaurante. Assim, solicitou ao Carlos Daniel a quantia de cento e cinquenta mil reais para que pudesse influir junto ao perito José Heleno para a elaboração de um laudo mais favorável a seus

interesses no processo. Por fim, justificou a quantia solicitada dizendo que seria cinquenta mil para ele próprio por “intermediar” o assunto e o restante, cem mil reais, seriam destinados a José Heleno.

Com base no caso acima reportado e levando em consideração que Carlos Daniel não pagou qualquer quantia a João Silvério e, ainda, que João Silvério e José Heleno não são amigos e não se conhecem, assinale a alternativa correta.

- (A) João Silvério praticou o crime de tentativa de estelionato
- (B) João Silvério praticou o crime de exploração de prestígio em sua forma simples
- (C) João Silvério praticou o crime de exploração de prestígio com causa de aumento de pena em um terço, pois alegou que parte do dinheiro solicitado também se destinava ao perito da causa
- (D) João Silvério não praticou crime algum, pois não recebeu nenhum valor de Carlos Daniel
- (E) João Silvério jamais poderia consumir o crime de exploração de prestígio, pois ele não conhecia o perito

16. IBFC - 2022

Assinale a alternativa que configura crime contra a Administração da Justiça.

- (A) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal
- (B) Ingressar, promover, intermediar, auxiliar ou facilitar a entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional

(C) Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação

(D) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário

(E) Obstar, impedir ou dificultar injustamente a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a alteração, a suspensão ou o cancelamento de registro do inscrito

17. IBFC - 2022

O advogado Heráclito, a pretexto de influenciar o juiz Pitágoras, sob a alegação de que conseguiria decisão judicial mais favorável, solicitou a seu cliente Demócrito o pagamento de R\$10.000,00 (dez mil reais). Nesse caso, Heráclito praticou o crime de:

- (A) Tráfico de Influência
- (B) Patrocínio infiel
- (C) Advocacia administrativa
- (D) Fraude processual
- (E) Exploração de prestígio

18. IBFC - 2022

Os crimes são em regra dolosos. Assinale a alternativa que admite a forma culposa em relação aos crimes contra a administração da justiça.

- (A) Peculato
- (B) Comunicação falsa de crime ou de contravenção
- (C) Auto-acusação falsa
- (D) Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança
- (E) Favorecimento real

19. IBFC - 2018

Examine o tipo penal do art. 359-A do CP, e assinale a opção correta: “Art. 359-A, Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa: Pena - reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos. Parágrafo único. Incide na mesma pena quem ordena, autoriza ou realiza operação de crédito, interno ou externo: **I** - com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei ou em resolução do Senado Federal; **II** - quando o montante da dívida consolidada ultrapassa o limite máximo autorizado por lei”.

I - A tipicidade penal ora estabelecida se caracteriza pela conduta consistente na ordenação, autorização ou realização de operação que tenha por fim conceder créditos a pessoas necessitadas ou interessadas em desenvolverem atividades econômicas.

II - A inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei, para a ordenação, autorização, ou realização de operação de crédito, interno ou externo, é elementar consistente no especial fim com que deve agir o agente para que ocorra a tipicidade.

III - Os tipos penais estabelecidos no caput e no parágrafo único, ora em exame, são mistos ou de conteúdo variado, e são ainda modalidade de crimes contra a Administração Pública.

IV- Na modalidade prevista no inciso **I** do parágrafo único, se está diante de norma penal em branco, na medida em que o tipo penal prevê o contorno exato da proibição, condicionando-a ao montante contido na resolução.

V - A consumação dos crimes estabelecidos no caput e no parágrafo único, ocorre sempre com a entrega ou disponibilização efetiva do crédito ao interessado em obtê-lo, razão pela qual o crime se classifica como material.

- (A) Apenas as assertivas **I** e **II** estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas **III** e **IV** estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas **I** e **V** estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas **II** e **IV** estão corretas.
- (E) Apenas as assertivas **III** e **V** estão corretas.

20. IBFC - 2023

De acordo com a Lei nº 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor, analise as afirmativas abaixo.

I. Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a vítima dos crimes de racismo deverá estar acompanhada de advogado ou defensor público.

II. Na interpretação desta Lei, o juiz deve considerar como discriminatória qualquer atitude ou tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida, e que usualmente não se dispensaria a outros grupos em razão da cor, etnia, religião ou procedência.

III. Os crimes previstos na Lei nº 7.716/1989 terão as penas aumentadas de 1/3 (um terço) até a metade, quando ocorrerem em contexto ou com intuito de descontração, diversão ou recreação.

Assinale a alternativa **correta**.

- (A) As afirmativas **I**, **II** e **III** estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas **I** e **II** estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas **II** e **III** estão corretas
- (D) Apenas a afirmativa **I** está correta

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. IBFC - 2024

A Lei nº 13.964/19, também chamada de Pacote Anti-crime, trouxe ao ordenamento jurídico brasileiro a previsão expressa do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). De acordo com as disposições do Código de Processo Penal sobre o ANPP, assinale a alternativa correta.

- (A) Se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, o julgará inadequado e irá proferir a sentença
- (B) A vítima será intimada da homologação do acordo de não persecução penal, mas não será intimada de seu descumprimento
- (C) Para a homologação do acordo de não persecução penal não será realizada audiência
- (D) O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor

2. IBFC - 2023

O Código de Processo Penal trata da ação penal e suas espécies.

Sobre o assunto, analise as afirmativas abaixo.

I. Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

II. No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

III. Quando o crime for praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será privada ou pública condicionada à representação.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III
- (B) I e II apenas
- (C) I e III apenas
- (D) I e III apenas
- (E) I apenas

3. IBFC - 2023

De acordo com as disposições do Código de Processo Penal sobre ação penal, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação privada
- (B) As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas poderão exercer a ação penal, devendo ser representadas por quem os respectivos contratos ou estatutos designarem ou, no silêncio destes, pelos seus diretores ou sócios-gerentes
- (C) Não é possível que o Ministério Público dispense o inquérito policial para oferecer denúncia, ainda que com a representação forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal
- (D) A representação conterá todas as informações que possam servir à apuração do fato e da autoria
- (E) Nos crimes de ação privada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, nomeará advogado para promover a ação penal

4. IBFC - 2023

Com relação ao acordo de não persecução penal, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F):

() Para a homologação do acordo de não persecução penal, será realizada audiência na qual o juiz deverá verificar a sua voluntariedade, por meio da oitiva do investigado na presença do seu defensor, e sua legalidade.

() Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima superior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.

() Cumprido integralmente o acordo de não persecução penal, o juízo competente decretará a extinção de punibilidade. Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V - V - V
- (B) V - V - F
- (C) V - F - V
- (D) F - F - V

5. IBFC - 2022

No que se refere à ação penal, assinale a alternativa incorreta

- (A) A ação penal pública é regida pelo princípio da obrigatoriedade, que estabelece o dever legal de o Ministério Público oferecer a denúncia quando presentes as condições previstas em lei para a deflagração da persecução penal em juízo (justa causa)
- (B) O desencadeamento de ação penal contra Senadores da República e Deputados Federais e Estaduais dispensa a prévia autorização da respectiva Casa Legislativa
- (C) Não existe em nosso ordenamento jurídico nenhuma hipótese de ação penal popular em que a lei confira a todo e qualquer cidadão o direito de dar início a uma ação para apurar ilícito penal, ainda que contra representantes políticos
- (D) Quando a infração atingir bem jurídico de pessoas ou entes determinados, a vítima, ou seu representante, ou, ainda, em casos de crimes praticados em detrimento dos entes federativos, a chefia do órgão de representação judicial dessas pessoas jurídicas de direito público interno, poderá, no prazo de 30 dias, manifestar seu inconformismo com a promoção de arquivamento, incumbindo ao órgão ministerial revisor, fundamentadamente, apreciar as razões apresentadas pelo interessado
- (E) Em determinados ilícitos penais, entendeu o legislador que deva o Ministro da Justiça avaliar a conveniência política de ser iniciada a ação penal pelo Ministério Público. E o que ocorre quando um estrangeiro pratica crime contra brasileiro no território nacional

6. IBFC - 2022

Assinale a alternativa que apresenta incorretamente uma condição para autorização do acordo de não persecução penal.

- (A) Pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos da lei para entidade pública ou de interesse social, a ser indicada pelo juízo da execução, que tenha, preferencialmente, como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito
- (B) Prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena máxima cominada ao delito diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução
- (C) Reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo

(D) Renunciar voluntariamente a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime

(E) Cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada

7. IBFC - 2022

No que tange à “ação penal”, assinale a alternativa incorreta.

(A) Ordenado o arquivamento do inquérito policial, o órgão do Ministério Público comunicará à vítima, ao investigado e à autoridade policial e encaminhará os autos para a instância de revisão ministerial para fins de homologação, na forma da lei

(B) Qualquer pessoa do povo pode provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção

(C) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo

(D) As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas poderão exercer a ação penal, devendo ser representadas por quem os respectivos contratos ou estatutos designarem ou, no silêncio destes, pelos seus diretores ou sócios-gerentes

(E) Se a vítima, ou seu representante legal, não concordar com o arquivamento do inquérito policial, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão do Poder Judiciário

8. IBFC - 2020

No que se refere às disposições do Código de Processo Penal sobre a ação penal, analise as afirmativas abaixo e dê valores **Verdadeiro (V)** ou **Falso (F)**:

() Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

() O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

() Qualquer pessoa poderá intentar a ação privada.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V, V, V
- (B) V, V, F
- (C) V, F, V
- (D) F, F, V

9. IBFC - 2018

Relativamente à ação penal, assinale a alternativa **correta**:

- (A) o Promotor de Justiça poderá abrir mão do inquérito policial, caso tenham sido apresentadas informações que o permitam iniciar o processo penal, e, nesta hipótese, deverá oferecer a denúncia no prazo de trinta dias
- (B) as ações penais em que se apure a prática de contravenção deverão ser intentadas mediante a iniciativa do Promotor de Justiça, mas dependerão, quando a norma determinar, de manifestação prévia do Ministro da Justiça
- (C) Se a vítima for maior de 60 anos, o direito de representação poderá ser exercido por qualquer pessoa, independente de mandato específico
- (D) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do interesse ou do patrimônio dos entes federativos, a ação penal será pública

10. IBFC - 2018

Assinale a alternativa **correta** sobre quais são as condições gerais da ação penal.

- (A) Causa de pedir, Legitimidade ad causam e Interesse de agir
- (B) Pedido, Legitimidade ad causam e Interesse de agir
- (C) Possibilidade jurídica do pedido, Legitimidade ad causam e Interesse de agir
- (D) Capacidade postulatória, Legitimidade ad causam e Interesse de agir

11. IBFC - 2018

Relativamente à ação penal condicionada à requisição do Ministro da Justiça, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Sua propositura não comporta prazo, podendo ser oferecida enquanto não extinta a punibilidade
- (B) O Ministério Público não está vinculado à requisição, de forma que, uma vez oferecida a requisição, pode o órgão ministerial deixar de denunciar
- (C) A ação penal condicionada à requisição do Ministro da Justiça não admite retratação
- (D) A ação penal condicionada à requisição do Ministro da Justiça deve ser oferecida dentro de 06 (seis) meses, sob pena de decadência

12. IBFC - 2017

Sobre a ação penal privada, analise os itens abaixo.

I. A ação penal privada é uma modalidade de procedimento criminal cuja iniciativa é de exclusividade da vítima por meio do oferecimento de Queixa-crime. É observável apenas quando do cometimento de crimes contra a honra e dignidade sexual.

II. Ocorrerá a perempção do direito de ação quando o querelante se abster de fazer pedido condenatório na exordial acusatória.

III. Na hipótese de falecimento do ofendido, terão legitimidade para propor a ação penal privada o cônjuge da vítima, seu ascendentes, descendentes e irmãos, nesta ordem.

IV. O prazo para o exercício do direito de Queixa é de 6 (seis) meses, contados da data de consumação do delito.

Assinale a alternativa **correta**.

- (A) Apenas I e II estão corretos
- (B) Apenas I e IV estão corretos
- (C) Apenas II e III estão corretos
- (D) Apenas II e IV estão incorretos
- (E) I, II, III e IV estão corretos

13. IBFC - 2017

A ação penal pública é de iniciativa exclusiva do Ministério Público e tem por objetivo dar concretude ao jus puniendi estatal.

Acerca dessa modalidade de ação penal, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O prazo para oferecimento da denúncia é de 5 (cinco) dias, caso o acusado esteja preso, e de 20 (vinte) dias se estiver em liberdade
- (B) O Ministério Público poderá dispor da ação penal, podendo dela desistir sempre que achar adequado à defesa da coletividade, independentemente do eventual crime praticado pelo acusado
- (C) Quando do oferecimento da denúncia é imprescindível a qualificação do acusado
- (D) O direito de representação somente poderá ser exercido pessoalmente, vedada a sua realização por meio de procurador
- (E) Caberá ao Ministro da Justiça apresentar requisição para o prosseguimento de ação penal pública nos casos previstos em lei em que se verifica o cometimento de crimes em face do Presidente da República. A requisição é ato administrativo irrevogável e não há prazo legal para a sua apresentação

14. IBFC - 2017

A ação penal necessita de condições e requisitos para a sua subsistência. Tais elementos estão dispostos em lei e sua ausência no caso concreto gera a extinção da demanda.

Neste contexto, identifique e assinale a alternativa que não apresenta uma das condições legais da ação penal.

- (A) Justa causa
- (B) Legitimidade de parte
- (C) Possibilidade jurídica do pedido
- (D) Indivisibilidade da acusação
- (E) Interesse de agir

15. IBFC - 2017

Sobre a ação penal, analise os itens abaixo:

I. Ante a inércia do Ministério Público, pode o ofendido dar início à ação penal, por meio do oferecimento de Queixa-Crime, mesmo nos crimes que são processados mediante ação penal pública incondicionada.

II. Na hipótese de falecimento da vítima, são legítimos para iniciar ação penal privada em seu nome o cônjuge, ascendentes, descendentes e irmãos.

III. Nos crimes de lesão corporal praticados sob âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher a ação penal é pública incondicionada.

IV. A retratação da representação pode ser feita até a prolação de sentença de mérito, cabendo ao magistrado arquivar o feito ante a ausência de condição específica de procedibilidade.

Assinale a alternativa **correta**.

- (A) Apenas **I** e **II** estão corretos
- (B) Apenas **I** e **IV** estão incorretos
- (C) Apenas **I**, **II** e **III** estão corretos
- (D) Apenas **II** e **IV** estão incorretos
- (E) **I**, **II**, **III** e **IV** estão corretos

16. IBFC - 2014

Assinale a alternativa correta:

- (A) A representação será irretroatável, depois de recebida a denúncia.
- (B) Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao procurador-geral, e este oferecerá a denúncia ou designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual não será o juiz obrigado a atender.

(C) Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação privada. No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

(D) Se comparecer mais de uma pessoa com direito de queixa, terá preferência o ascendente, e em seguida, o parente mais próximo na seguinte ordem: cônjuge, descendente e irmão.

17. IBFC - 2014

Assinale a alternativa incorreta:

(A) Segundo estabelece o Código de Processo Penal o prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado. No último caso, mesmo que haja devolução do inquérito à autoridade policial para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia, contar-se-á o prazo da data em que o órgão do Ministério Público recebeu pela primeira vez vista dos autos.

(B) A queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem caberá intervir em todos os termos subsequentes do processo.

(C) O prazo para o aditamento da queixa será de 3 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos, e, se este não se pronunciar dentro do tríduo, entender-se-á que não tem o que aditar, prosseguindo-se nos demais termos do processo.

(D) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.

18. IBFC - 2022

Relativamente ao tema da “jurisdição”, assinale a alternativa incorreta.

(A) Embora a jurisdição seja una, a divisão de competências se revela imprescindível para o êxito de seu exercício, de sua realização e eficácia social, até porque evidente o caos que se implantaria se todo e qualquer juiz pudesse decidir, sem que existissem critérios objetivos de delimitação de seu poder, este ou aquele processo, conforme sua exclusiva opção e conveniência

(B) A jurisdição política ou extraordinária é exercida, de forma absolutamente excepcional, por órgão que não integra o Poder Judiciário em qualquer de suas es-

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. IBFC - 2017

O processo judicial eletrônico foi instituído em território nacional e serve como um importante instrumento para dar a necessária celeridade aos processos que tramitam perante o Poder Judiciário.

Nesse contexto, assinale abaixo a alternativa que contém informação correta sobre o processo judicial eletrônico:

- (A) É vedada a intimação por meios eletrônicos em portal próprio, devendo o respectivo Tribunal criar seu Diário de Justiça Eletrônico para publicação em órgão oficial
- (B) As cartas rogatórias não poderão ser feitas por meio eletrônico
- (C) No processo eletrônico, as citações da Fazenda Pública serão feitas por meio eletrônico
- (D) A conservação de reserva dos autos do processo deverá ser feita por meio físico
- (E) Não poderá o magistrado ordenar que a exibição de documentos essenciais para análise do feito seja feita de modo eletrônico

2. IBFC - 2017

Sobre as hipóteses de indisponibilidade do sistema do Processo Judicial Eletrônico assinale a alternativa **incorreta**:

- (A) Considera-se indisponível o sistema do processo judicial eletrônico ante a impossibilidade de consulta aos autos digitais, transmissão eletrônica de atos processuais, bem como o acesso a comunicações processuais
- (B) A indisponibilidade não se caracteriza quando das falhas de transmissão de dados entre as estações de trabalho do público externo e a rede de comunicação pública
- (C) A indisponibilidade do sistema é aferida por meio de sistema de auditoria fornecido pelo Conselho Nacional de Justiça ou órgão que detém tal responsabilidade

(D) Toda indisponibilidade do sistema será registrada em relatório de interrupções de funcionamento acessível ao público

(E) Os prazos que vencerem no dia da ocorrência de indisponibilidade serão prorrogados para o dia útil seguinte, independentemente do prazo em que durou a indisponibilidade, assim como o horário de sua verificação

3. IBFC - 2024

Observando o que dispõe o Código de Processo Civil acerca da incompetência, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A incompetência relativa pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício
- (B) Caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente
- (C) Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente
- (D) A incompetência relativa pode ser alegada pelo ministério público nas causas em que atuar

4. IBFC - 2023

O código de Processo Civil determina, em seu artigo 42, que “as causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, ressalvado às partes o direito de instituir juízo arbitral, na forma da lei”. A respeito deste tema e em consonância com o texto legal mencionado, analise as afirmativas abaixo.

I. É irrelevante para determinação da competência a modificação de direito que altere a competência absoluta ocorrida após o registro ou distribuição da petição inicial.

II. Tramitando perante vara cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) ação de acidente de trabalho em que é parte o Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (CREMEGO), serão os autos remetidos ao juízo federal competente.

III. A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de domicílio de seu representante ou assistente.

IV. É competente o foro de domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves.

Assinale a alternativa **correta**.

- (A) Apenas as afirmativas **I** e **II** estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas **I** e **IV** estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas **II** e **IV** estão corretas
- (D) Apenas as afirmativas **II** e **III** estão corretas
- (E) Apenas as afirmativas **III** e **IV** estão corretas

5. IBFC - 2022

O art. 75 do Código de Processo Civil, dispõe que serão representados em juízo, ativa e passivamente. Diante do exposto, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A União, pela Advocacia-Geral da União, diretamente ou mediante órgão vinculado
- (B) A herança jacente ou vacante, pelo inventariante
- (C) A sociedade e a associação irregulares e outros entes organizados sem personalidade jurídica, pela pessoa a quem couber a administração de seus bens
- (D) A autarquia e a fundação de direito público, por quem a lei do ente federado designar
- (E) A pessoa jurídica, por quem os respectivos atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus diretores

6. IBFC - 2019

O processo só se estabelece plenamente com a participação de três sujeitos principais: Estado, autor e réu. Considere as normas sobre capacidade processual e postulatória previstas pelo Código de Processo Civil, quanto à necessidade do consentimento do cônjuge para propor ação e assinale a afirmativa incorreta.

- (A) o cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob regime de separação absoluta de bens
- (B) ambos os cônjuges serão necessariamente citados para a ação fundada em dívida contraída por um dos cônjuges a bem da família
- (C) a falta de consentimento, quando necessário e não suprido pelo juiz, invalida o processo
- (D) apenas um dos cônjuges será citado quando a ação ter por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóvel de um ou de ambos os cônjuges

7. IBFC - 2018

A gratuidade da justiça não compreende:

- (A) Os emolumentos devidos a notários ou registradores.
- (B) as despesas com a realização de exame de código genético - DNA.
- (C) A dispensa da publicação em outros meios que não oficiais.
- (D) Os honorários do advogado.
- (E) as obrigações decorrentes da sucumbência, que ficarão sob condição suspensiva.

8. IBFC - 2024

A respeito do que dispõe o Código de Processo Civil acerca do litisconsórcio, analise as afirmativas abaixo.

I. É vedado ao juiz limitar o litisconsórcio facultativo.

II. O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.

III. A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será ineficaz, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) **I** e **II** apenas
- (B) **I** e **III** apenas
- (C) **II** e **III** apenas
- (D) **II** apenas

9. IBFC - 2018

No que se refere ao litisconsórcio, assinale a alternativa **incorreta**:

- (A) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, assim como no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar
- (B) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, e todos devem ser intimados dos respectivos atos
- (C) Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz deve determinar ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo
- (D) O juiz pode limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença

10. IBFC - 2017

Sobre o litisconsórcio em Direito Processual Civil, analise os itens abaixo:

I. O litisconsórcio é um fenômeno que ocorre quando duas ou mais pessoas se encontram no mesmo polo do processo, caracterizando uma cumulação subjetiva.

II. Não ocorrerá litisconsórcio quando da ocorrência de afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.

III. Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, cabendo ao juízo, obrigatoriamente, intimar todos sobre os respectivos atos, sob pena de ferimento do princípio do contraditório.

IV. Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, se assim não o fizer, o processo será extinto.

Assinale a alternativa **correta**.

- (A) Apenas II e IV são incorretos
- (B) Apenas I e IV são incorretos
- (C) Apenas I e II são corretos
- (D) Apenas I, III e IV são corretos
- (E) I, II, III e IV são incorretos

11. IBFC - 2014

Assinale a proposição correta:

- (A) Se terceiro pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre o qual litigam autor e réu, poderá oferecer oposição. Nesse caso, autor e réu do processo originário assumirão a condição de litisconsortes passivos necessários na oposição. Contudo, este litisconsórcio não é considerado unitário.
- (B) No caso de litisconsórcio necessário não se admite a prolação de sentença que não seja uniforme em relação a todos os litisconsortes.
- (C) Em se tratando de litisconsórcio passivo, a revelia de um dos litisconsortes acarreta, por expressa disposição legal, a incidência da presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial.
- (D) Quanto ao momento de sua formação o litisconsórcio pode ser inicial ou ulterior; quanto ao pólo de sua composição, pode ser ativo ou passivo; quanto à obrigatoriedade, pode ser simples ou unitário; quanto à exigência de uniformidade da sentença, pode ser necessário ou facultativo.

12. IBFC - 2023

Acerca da hipótese de intervenção de terceiros denominada denunciação da lide, analise as afirmativas a seguir e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes, ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam e àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.

() O direito regressivo será exercido por ação autônoma quando a denunciação da lide for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida.

() Não há limitação à denunciação da lide sucessiva promovida pelo denunciado contra seu antecessor imediato na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta** de cima para baixo.

- (A) V - V - V
- (B) V - F - V
- (C) F - F - V
- (D) V - V - F

13. IBFC - 2020

Com relação à intervenção de terceiros disciplinada pelo Código de Processo Civil de 2015, especialmente acerca da denunciação da lide, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Quando a denunciação da lide for indeferida, não será possível o exercício do direito regressivo em ação autônoma
- (B) Na denunciação da lide, procedente o pedido da ação principal, pode o autor, se for o caso, requerer o cumprimento da sentença também contra o denunciado, nos limites da condenação deste na ação regressiva
- (C) Feita a denunciação pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de assistente do denunciante, não podendo acrescentar novos argumentos à petição inicial
- (D) Não há limitação para a denunciação da lide sucessiva, desde que haja comprovação no processo

14. IBFC - 2018

Assinale a alternativa correta sobre as consequências do julgamento da ação principal e da denunciação da lide.

- (A) Se a ação principal for julgada em desfavor do denunciante a denunciação da lide será julgada podendo a resolução se dar pela procedência ou improcedência
- (B) Se a ação principal for julgada extinta sem resolução do mérito a denunciação da lide será julgada pela procedência
- (C) Se a ação principal for julgada em desfavor do denunciante a denunciação da lide deverá ser julgada pela procedência
- (D) Se a ação principal for julgada em favor do denunciante a denunciação da lide deverá ser julgada pela improcedência

15. IBFC - 2024

Considerando o que dispõe o Código de Processo Civil acerca do juiz, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao juiz é facultado conhecer de questões não suscitadas no processo a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte
- (B) Entre outras hipóteses, o juiz responderá, civil e regressivamente, por perdas e danos quando, no exercício de suas funções, proceder com dolo ou culpa
- (C) O juiz só decidirá por equidade nos casos previstos em lei
- (D) Entre outras hipóteses, há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo, quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive

16. IBFC - 2022

Sobre as atribuições e responsabilidade civil do oficial de justiça, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Incumbe ao oficial de justiça fazer pessoalmente citações, prisões, penhoras, arrestos e demais diligências próprias do seu ofício, sempre que possível na presença de 2 (duas) testemunhas, certificando no mandado o ocorrido, com menção ao lugar, ao dia e à hora
- (B) Incumbe ao oficial de Justiça certificar, em mandado, proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes, na ocasião de realização de ato de comunicação que lhe couber
- (C) O oficial de justiça é responsável, civil e objetivamente, quando praticarem ato nulo com dolo ou culpa

(D) O oficial de justiça é responsável, civil e regressivamente, quando sem justo motivo, se recusar a cumprir no prazo os atos impostos pela lei ou pelo juiz a que está subordinado

(E) Incumbe ao oficial de justiça executar as ordens do juiz a que estiver subordinado, entregar o mandado em cartório após seu cumprimento, auxiliar o juiz na manutenção da ordem e efetuar avaliações, quando for o caso

17. IBFC - 2017

No que concerne aos atos processuais, assinale a alternativa correta:

- (A) Como regra, os atos e os termos processuais dependem de forma determinada, considerando-se inválidos os que tenham sido realizados de outro modo
- (B) De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso
- (C) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é vedado às partes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa
- (D) O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes, aos seus procuradores e ao terceiros que tenham peticionado de forma adequada

18. IBFC - 2024

Observando o que dispõe o Código de Processo Civil acerca dos prazos, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas
- (B) A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico
- (C) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte
- (D) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIO

1. IBFC - 2020

Nos termos do artigo 145 da Constituição, A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir impostos, taxas e contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas. Sobre os impostos, especificamente, assinale a alternativa correta.

(A) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos difusos e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte

(B) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo as necessidades do Estado, facultado à administração fiscal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do Estado

(C) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração fazendária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos difusos e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte

(D) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do Estado

(E) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte

2. IBFC - 2019

Em matéria tributária, a Carta Magna autoriza os entes federativos a instituir determinados tributos. Nesse campo, espera-se da Lei Complementar, assinale a alternativa correta.

(A) dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios

(B) autorizar a delegação da União para os estados-membros, o poder de definir o alcance das limitações constitucionais ao poder de tributar

(C) estabelecer normas específicas em matéria legal, tal como o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades religiosas

(D) autorizar a delegação da União para os municípios do ato de definir a obrigação, o lançamento, o crédito, a prescrição e a decadência tributários

3. IBFC - 2019

A Constituição Federal prevê em seus artigos Art. 145, Art. 148 e Art. 149, algumas espécies tributárias. Assinale a alternativa que não corresponda apenas a espécies tributárias previstas na Constituição Federal.

(A) Impostos, Taxas e Empréstimos Compulsórios

(B) Impostos, Contribuições Sociais e Contribuições de melhorias

(C) Taxas, Contribuições Sociais e Contribuições de melhorias

(D) Impostos, Multas Contratuais e Empréstimos Compulsórios

4. IBFC - 2019

Nos artigos 145 a 162 da Constituição Federal encontram-se as normas essenciais do Direito Tributário, e portanto, as regras para se arrecadar recursos públicos. Com base nesses artigos, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F)

() A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir tributos como: Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias.

() A prestação deve ser paga em dinheiro, ou algo que represente um valor em dinheiro, jamais com títulos da dívida pública ou bens móveis.

() Nenhum tributo será exigido sem que uma lei anterior o estabeleça.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V, V, F
- (B) V, F, V
- (C) F, V, V
- (D) V, V, V

5. IBFC - 2018

A Constituição Federal delimita, de forma detalhada, a competência tributária de cada um dos Entes Políticos. Neste sentido, analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() A União poderá instituir na iminência ou no caso de guerra externa impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

() A União não poderá instituir contribuição de melhoria em razão da valorização imobiliária decorrente da obra pública, haja vista que apenas os municípios têm competência para instituir o referido tributo.

() O ente tributante, ao instituir contribuição de melhoria, deve respeitar como limite individual o acréscimo de valor decorrente da valorização imobiliária resultante de obra pública.

() As taxas têm fato gerador específico e base de cálculo diversa à dos impostos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V F V V
- (B) F F V V
- (C) F V V V
- (D) V V F F

6. IBFC - 2022

A Constituição Federal trata de hipóteses de limitação ao poder de tributar. Sobre o assunto, assinale a alternativa **incorreta**:

- (A) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes
- (B) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça

(C) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino

(D) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, vedada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público

(E) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos

7. IBFC - 2020

A Constituição prevê regras direcionadas à proteção do contribuinte e à limitação do poder de tributar. Sobre as limitações do poder de tributar, assinale a alternativa incorreta.

(A) É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País

(B) Cabe a União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes

(C) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino

(D) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça

(E) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Município instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos

8. IBFC - 2019

A Constituição Federal atribui competências para que os diversos entes federativos possam instituir tributos. Sobre o princípio no qual eles devem se basear para instituir os tributos, assinale a alternativa correta.

- (A) Princípio da Legitimidade
- (B) Princípio da Normatividade
- (C) Princípio da Legalidade
- (D) Princípio da Isonomia

9. IBFC - 2019

A Constituição Federal impõe limites ao poder de tributar. Sendo assim, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

II. A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

III. A lei não poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

- (A) Apenas a afirmativa I está correta
- (B) Apenas a afirmativa II está correta
- (C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- (D) Apenas as afirmativas I e II estão corretas

10. IBFC - 2017

Assinale a alternativa **correta** sobre a previsão constitucional que corresponde ao princípio da anterioridade.

- (A) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado
- (B) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou
- (C) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou

- (D) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios utilizar tributo com efeito de confisco
- (E) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público

11. IBFC - 2017

Assinale a alternativa **correta** quanto à previsão constitucional sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

- (A) Nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do remetente o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual
- (B) Nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota estadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual
- (C) Nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota estadual e caberá ao Estado de localização do remetente o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual
- (D) Nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado remetente e a alíquota interestadual
- (E) Nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual

12. IBFC - 2014

De acordo com o estabelecido na Constituição brasileira de 1988, são impostas limitações do poder de tributação, vedando à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal o descrito a seguir, exceto o que se lê na alternativa.

- (A) Utilizar tributo com efeito de confisco.
- (B) Estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais de qualquer natureza.
- (C) Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- (D) Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- (E) Instituir impostos sobre templos de qualquer culto, livros, jornais periódicos e o papel destinado à sua impressão.

13. IBFC - 2021

Assinale a alternativa que apresenta corretamente um dos impostos cuja instituição é competência da União, conforme disposto na Constituição Federal.

- (A) Imposto sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos
- (B) Imposto sobre propriedade territorial rural
- (C) Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana
- (D) Imposto sobre serviços de qualquer natureza

14. IBFC - 2019

Segundo Art. 145 da Constituição Federal de 1988 “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: I – Impostos; II – Taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; III– contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.” Em relação aos impostos, analise as afirmativas abaixo.

- I. Imposto de Importação e Imposto de Exportação são de competência da União.
- II. Imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) é de competência dos Estados e Distrito Federal.
- III. Imposto de transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos é de competência dos Municípios e Distrito Federal.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- (D) Apenas a afirmativa II está correta

15. IBFC - 2018

A função social da propriedade é um dos princípios constitucionais previstos na Constituição Federal de 1988. A Carta Magna, objetivando sua efetiva aplicação inseriu, textualmente, uma previsão para que – pela via do tributo – seja onerado o cidadão que não der função social à sua propriedade. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- (A) É facultado ao Estado, mediante decreto, aplicar alíquota progressiva de IPTU para o proprietário de imóvel urbano não edificado e não utilizado
- (B) É vedado ao Município, em razão da não utilização de um imóvel urbano, aplicar alíquota progressiva de IPTU
- (C) O Poder Público Municipal, mediante lei específica, pode instituir uma hipótese de IPTU com alíquota progressiva em razão da não utilização e não edificação de imóvel urbano
- (D) A função social da propriedade deve ser observada apenas em imóveis rurais, não sendo aplicada, em matéria tributária, para os imóveis urbanos

16. IBFC - 2022

Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

- (A) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto estadual ou distrital sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação
- (B) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto estadual ou distrital sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios
- (C) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados
- (D) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem

NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO

1. IBFC - 2021

Assinale a alternativa que apresenta uma disposição constitucional relacionada ao princípio da capacidade contributiva.

(A) Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo

(B) Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais

(C) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes

(D) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte

2. IBFC - 2020

Nos termos do artigo 145 da Constituição, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir impostos, taxas e contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas. Sobre os impostos, especificamente, assinale a alternativa correta.

(A) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos difusos e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte

(B) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo as necessidades do Estado, facultado à administração fiscal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos,

identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do Estado

(C) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração fazendária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos difusos e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte

(D) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do Estado

(E) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte

3. IBFC - 2019

Em matéria tributária, a Carta Magna autoriza os entes federativos a instituir determinados tributos. Nesse campo, espera-se da Lei Complementar, assinale a alternativa correta.

(A) dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios

(B) autorizar a delegação da União para os estados-membros, o poder de definir o alcance das limitações constitucionais ao poder de tributar

(C) estabelecer normas específicas em matéria legal, tal como o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades religiosas

(D) autorizar a delegação da União para os municípios do ato de definir a obrigação, o lançamento, o crédito, a prescrição e a decadência tributários

4. IBFC - 2019

A Constituição Federal prevê em seus artigos Art. 145, Art. 148 e Art. 149, algumas espécies tributárias. Assinale a alternativa que não corresponda apenas a espécies tributárias previstas na Constituição Federal.

- (A) Impostos, Taxas e Empréstimos Compulsórios
- (B) Impostos, Contribuições Sociais e Contribuições de melhorias
- (C) Taxas, Contribuições Sociais e Contribuições de melhorias
- (D) Impostos, Multas Contratuais e Empréstimos Compulsórios

5. IBFC - 2018

A Constituição Federal delimita, de forma detalhada, a competência tributária de cada um dos Entes Políticos. Neste sentido, analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() A União poderá instituir na iminência ou no caso de guerra externa impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

() A União não poderá instituir contribuição de melhoria em razão da valorização imobiliária decorrente da obra pública, haja vista que apenas os municípios têm competência para instituir o referido tributo.

() O ente tributante, ao instituir contribuição de melhoria, deve respeitar como limite individual o acréscimo de valor decorrente da valorização imobiliária resultante de obra pública.

() As taxas têm fato gerador específico e base de cálculo diversa à dos impostos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V F V V
- (B) F F V V
- (C) F V V V
- (D) V V F F

6. IBFC - 2022

A Constituição Federal trata de hipóteses de limitação ao poder de tributar. Sobre o assunto, assinale a alternativa **incorreta**:

- (A) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes
- (B) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça

(C) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino

(D) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, vedada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público

(E) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos

7. IBFC - 2020

A Constituição prevê regras direcionadas à proteção do contribuinte e à limitação do poder de tributar. Sobre as limitações do poder de tributar, assinale a alternativa incorreta.

(A) É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País

(B) Cabe a União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes

(C) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino

(D) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça

(E) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Município instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos

8. IBFC - 2019

A Constituição Federal atribui competências para que os diversos entes federativos possam instituir tributos. Sobre o princípio no qual eles devem se basear para instituir os tributos, assinale a alternativa correta.

- (A) Princípio da Legitimidade
- (B) Princípio da Normatividade
- (C) Princípio da Legalidade
- (D) Princípio da Isonomia

9. IBFC - 2019

A Constituição Federal impõe limites ao poder de tributar. Sendo assim, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

II. A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

III. A lei não poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

- (A) Apenas a afirmativa I está correta
- (B) Apenas a afirmativa II está correta
- (C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- (D) Apenas as afirmativas I e II estão corretas

10. IBFC - 2017

Assinale a alternativa **correta** sobre a previsão constitucional que corresponde ao princípio da anterioridade.

- (A) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado
- (B) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou
- (C) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou

- (D) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios utilizar tributo com efeito de confisco
- (E) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público

11. IBFC - 2017

Assinale a alternativa **correta** quanto à previsão constitucional sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

- (A) Nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do remetente o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual
- (B) Nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota estadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual
- (C) Nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota estadual e caberá ao Estado de localização do remetente o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual
- (D) Nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado remetente e a alíquota interestadual
- (E) Nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual

12. IBFC - 2014

De acordo com o estabelecido na Constituição brasileira de 1988, são impostas limitações do poder de tributação, vedando à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal o descrito a seguir, exceto o que se lê na alternativa.

- (A) Utilizar tributo com efeito de confisco.
- (B) Estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais de qualquer natureza.
- (C) Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- (D) Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- (E) Instituir impostos sobre templos de qualquer culto, livros, jornais periódicos e o papel destinado à sua impressão.

13. IBFC - 2021

Assinale a alternativa que apresenta corretamente um dos impostos cuja instituição é competência da União, conforme disposto na Constituição Federal.

- (A) Imposto sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos
- (B) Imposto sobre propriedade territorial rural
- (C) Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana
- (D) Imposto sobre serviços de qualquer natureza

14. IBFC - 2019

Segundo Art. 145 da Constituição Federal de 1988 “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: I – Impostos; II – Taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; III– contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.” Em relação aos impostos, analise as afirmativas abaixo.

- I. Imposto de Importação e Imposto de Exportação são de competência da União.
- II. Imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) é de competência dos Estados e Distrito Federal.
- III. Imposto de transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos é de competência dos Municípios e Distrito Federal.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- (D) Apenas a afirmativa II está correta

15. IBFC - 2018

A função social da propriedade é um dos princípios constitucionais previstos na Constituição Federal de 1988. A Carta Magna, objetivando sua efetiva aplicação inseriu, textualmente, uma previsão para que – pela via do tributo – seja onerado o cidadão que não der função social à sua propriedade. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- (A) É facultado ao Estado, mediante decreto, aplicar alíquota progressiva de IPTU para o proprietário de imóvel urbano não edificado e não utilizado
- (B) É vedado ao Município, em razão da não utilização de um imóvel urbano, aplicar alíquota progressiva de IPTU
- (C) O Poder Público Municipal, mediante lei específica, pode instituir uma hipótese de IPTU com alíquota progressiva em razão da não utilização e não edificação de imóvel urbano
- (D) A função social da propriedade deve ser observada apenas em imóveis rurais, não sendo aplicada, em matéria tributária, para os imóveis urbanos

16. IBFC - 2022

Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

- (A) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto estadual ou distrital sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação
- (B) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto estadual ou distrital sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios
- (C) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados
- (D) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. IBFC - 2024

O conceito de _____ mostra, basicamente, quem “manda em quem”. Em contrapartida, o conceito de _____ relaciona-se com o tamanho da equipe que cada chefe deve controlar e monitorar.

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- (A) fluxograma / cadeia de comando
- (B) organograma / unidade de direção
- (C) unidade de direção / amplitude de controle
- (D) cadeia de comando / amplitude de controle
- (E) cadeia de comando / unidade de direção

2. IBFC - 2023

Projetos se desenvolvem em organizações que têm estrutura organizacional preparada para sua execução. Sobre essas estruturas, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Estrutura funcional
- (B) Estrutura projetizada
- (C) Estrutura matricial
- (D) Estrutura híbrida
- (E) Estrutura de qualidade

3. IBFC - 2023

A estrutura organizacional é o modo como uma empresa ou órgão público divide o trabalho e as responsabilidades, além da maneira como coordena todos os esforços realizados. Assinale a alternativa correta.

- (A) Uma estrutura organizacional se limita aos diversos departamentos e setores da instituição
- (B) O propósito principal da estrutura organizacional é o planejamento, ou seja, estabelecer uma relação de atribuições e autoridade para controlar a maneira como as pessoas coordenam suas ações para alcançarem objetivos
- (C) Ao organizar, estamos alocando pessoas e recursos diversos para que possamos atingir os objetivos da empresa
- (D) O processo de direção envolve a divisão das tarefas dentro de uma empresa e a coordenação dos esforços dos seus membros
- (E) A estrutura organizacional não é o conjunto ordenado de responsabilidades, autoridades, comunicações e decisões de uma empresa

4. IBFC - 2022

Em uma empresa há o processo de organização, momento em que, dentre outras coisas, se define a divisão do trabalho, por meio da definição das responsabilidades, tarefas, unidades de trabalho, departamentos, cargos e suas descrições e requisitos. Sobre este analise as afirmativas abaixo.

I. As responsabilidades são deveres ou obrigações em relação a resultados, atividades, recursos, pessoas, decisões ou padrões de conduta. E são abrangentes e conceituais, indicam grandes compromissos ou obrigações e definem os problemas que o ocupante de um cargo ou de um grupo de cargos deve resolver.

II. Tarefas são atividades operacionais que os gerentes podem realizar, individualmente ou junto com outras pessoas. São as tarefas que permitem a realização das responsabilidades. As tarefas são específicas e operacionais, indicam atividades intelectuais ou físicas e definem ações que consomem tempo e recursos.

Assinale a alternativa correta.

- (A) As afirmativas I e II estão corretas
- (B) As afirmativas I e II estão incorretas
- (C) Apenas a afirmativa I está correta
- (D) Apenas a afirmativa II está correta

5. IBFC - 2022

Montar uma estrutura organizacional consiste em dividir tarefas entre unidades de trabalho chamadas departamentos. A forma de dividir as tarefas entre os departamentos depende de princípios chamados critérios de departamentalização. Sobre os critérios para construir os departamentos assinale a alternativa incorreta.

- (A) Organização funcional
- (B) Organização por produto
- (C) Organização por cliente
- (D) Organização territorial
- (E) Organização cultural

6. IBFC - 2023

O(A) _____ é a capacidade que você demonstra quando influencia os outros a agir de certa maneira. Por meio de direção, incentivo, sensibilidade, consideração e apoio, você inspira seus subordinados a aceitar desafios

e alcançar objetivos que podem ser vistos como muito difíceis de se atingir. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- (A) Controle
- (B) Liderança
- (C) Coordenação
- (D) Autoridade
- (E) Comando

7. IBFC - 2022

Influenciar pessoas / grupos para a realização de atividades e alcance de resultados é o desafio do administrador. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- (A) Motivação
- (B) Liderança
- (C) Percepção
- (D) Controle
- (E) Criatividade

8. IBFC - 2021

Liderança é uma tentativa de se usar influência para motivar os indivíduos a atingirem alguma meta. Analise as afirmativas abaixo sobre líder e liderança:

I. Líder centrado no trabalho é a pessoa que supervisiona e observa de perto o trabalho dos demais.

II. Líder centrado no empregado é a pessoa que supervisiona o trabalho dos demais apenas no geral, tentando proporcionar-lhe uma sensação de autonomia e suporte.

III. Estruturação são atos de liderança que implicam a estruturação de tarefas e as responsabilidades dos cargos dos afiliados.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas a afirmativa I está correta
- (B) Apenas a afirmativa II está correta
- (C) Apenas a afirmativa III está correta
- (D) As afirmativas I, II e III estão corretas
- (E) Apenas as afirmativas II e III estão corretas

9. IBFC - 2024

Explicar a motivação humana envolve complexidade, devido as diferenças pessoais. Maslow desenvolveu a Teoria das Necessidades, a partir do agrupamento e hierarquização dessas necessidades em uma pirâmide.

Assinale a alternativa que apresenta a necessidade social (Robins et al. 2013).

- (A) São necessidade voltada à fome, sede, abrigo, sexo e sono
- (B) São necessidades voltadas à proteção física e emocional e inclui segurança e proteção contra danos físicos e emocionais
- (C) São necessidades voltadas ao pertencimento à um grupo, aceitação e afeto
- (D) São necessidades voltadas ao status, reconhecimento, respeito próprio e autonomia
- (E) São necessidades voltadas ao crescimento pessoal e profissional e alcance do potencial

10. IBFC - 2023

A Teoria dos Dois Fatores, também conhecida como Teoria de _____, trata-se da ideia de que dois fatores (referentes às condições de trabalho e às relações interpessoais) são responsáveis pela satisfação e motivação dos colaboradores de uma empresa.

Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- (A) McGregor
- (B) Herzberg
- (C) Skinner
- (D) Vromm
- (E) Rotter

11. IBFC - 2023

_____ é a vontade de fazer algo. É condicionada pela capacidade que essa ação tem de satisfazer alguma necessidade individual. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- (A) Autocontrole
- (B) Autoconhecimento
- (C) Empatia
- (D) Motivação
- (E) Autodomínio

12. IBFC - 2022

Identifique entre as alternativas abaixo qual a que relaciona corretamente as principais necessidades humanas segundo Maslow.

- (A) Básicas, segurança, monetária, estima e auto realização.
- (B) Básicas, segurança, sociais (afiliação, liderança), estima, auto realização
- (C) Básicas, estabilidade, sociais (afiliação, liderança), estima, auto realização
- (D) Básicas, previsibilidade, sociais (afiliação, liderança), estima, auto realização
- (E) Básicas, sociais, segurança, estima, auto realização

13. IBFC - 2022

A administração por processos consiste em administrar as funções organizacionais, que são operadas pelos departamentos permanentes da estrutura, como elos de uma corrente, e não de forma compartimentada, como se os departamentos fossem isolados uns dos outros. Todas as organizações podem ser desmembradas em processos que atravessam as fronteiras das áreas funcionais. Há dois tipos básicos de processos: os processos centrais e os processos de apoio.

Os processos centrais (core processes) estão relacionados com a transformação de insumos em produtos destinados a clientes internos ou externos. Por exemplo, para fazer chegar regularmente ao supermercado, o sabão em pó que a consumidora deseja, é preciso uma ligação muito forte entre todos os elos da cadeia de suprimentos, desde os fornecedores de embalagens e matérias-primas até a prateleira. A necessidade de uma ligação estreita entre as fontes de insumos e os clientes é o fator determinante na identificação dos processos centrais. Assinale a alternativa **incorreta**, que não representa um elemento dos processos centrais.

- (A) Desenvolvimento de produtos e serviços
- (B) Geração e processamento de pedidos
- (C) Produção: transformação de pedidos, informação e matérias-primas em produtos e serviços
- (D) Os processos centrais convergem para o sistema de operações da empresa, que transforma insumos em produtos ou serviços e os entrega para os clientes
- (E) Recursos humanos

14. IBFC - 2022

Assinale a alternativa que apresenta qual o principal objetivo do ciclo PDCA.

- (A) Identificar e resolver problemas
- (B) Melhorar e controlar os processos e produtos de forma contínua
- (C) Treinamento dos envolvidos no método a ser empregado
- (D) Verificar (e garantir) a execução do plano de ação e corrigir possíveis erros
- (E) Padronizar as ações com eficácia comprovada

15. IBFC - 2022

_____ é o trabalho a ser executado com responsabilidade de execução, resultado esperado com quantificação de benefícios e prazo de execução preestabelecidos, considerando os recursos humanos, financeiros, tecnológicos, materiais e de equipamentos, bem como as áreas envolvidas e necessárias ao seu desenvolvimento.

Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- (A) Projeto
- (B) Planejamento
- (C) Processo
- (D) Plano

16. IBFC - 2021

Relacionamos abaixo ferramentas de Gestão da Qualidade com o objetivo da melhoria de processos:

I. PDCA

II. CASE

III 5W1H

Analise as afirmativas e selecione a única alternativa que esteja tecnicamente correta:

- (A) Apenas a afirmativa I é tecnicamente verdadeira
- (B) Apenas as afirmativas I e II são tecnicamente verdadeiras
- (C) Apenas as afirmativas II e III são tecnicamente verdadeiras
- (D) Apenas as afirmativas I e III são tecnicamente verdadeiras
- (E) As afirmativas I, II e III são tecnicamente verdadeiras

17. IBFC - 2024

Assinale a alternativa incorreta sobre gerenciamento da qualidade.

- (A) Dentre as ferramentas e técnicas utilizadas para a garantia da qualidade, destacam-se as auditorias
- (B) Garantia da qualidade são todas as atividades sistemáticas, planejadas dentro do sistema de qualidade, de maneira a gerar desconfiança de que o projeto irá satisfazer a todos os padrões relevantes da qualidade
- (C) O plano de gerenciamento da qualidade deve estabelecer quais as políticas de qualidade serão adotadas, como serão implementadas e gerenciadas
- (D) Realizar o controle da qualidade é o processo de monitoramento e registro dos resultados da execução das atividades de qualidade, para avaliar o desempenho e recomendar as mudanças necessárias
- (E) A qualidade constitui um processo contínuo de melhorias, onde as lições aprendidas são utilizadas para a otimização de produtos e serviços

18. IBFC - 2024

_____ é o tempo de executar completamente uma atividade, desde o início da preparação até o complemento final, ou seja, desde o momento em que termina a atividade anterior até o início da próxima.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- (A) SLA
- (B) Just in Time
- (C) Método do caminho crítico
- (D) Lead time
- (E) Kanban

19. IBFC - 2023

Sobre qualidade, analise as afirmativas abaixo.

I. Qualidade é o grau em que um conjunto de características inerentes atende a requisitos.

II. Os requisitos de qualidade são especificados pelo cliente ou pela sociedade em forma de expectativas e desejos.

III. Qualidade é o atendimento de exigências e expectativas de clientes.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas a afirmativa I está correta
- (B) Apenas a afirmativa II está correta
- (C) Apenas a afirmativa III está correta
- (D) As afirmativas I, II e III estão corretas
- (E) Apenas as afirmativas II e III estão corretas

20. IBFC - 2023

Nas afirmativas abaixo estão alguns conceitos associados à Qualidade. Leia as afirmativas e assinale a alternativa correta.

I. Ação corretiva: ação levada a efeito para eliminar as causas de uma não conformidade, de um defeito ou de outra situação indesejável, de modo a impedir a sua repetição.

II. Auditoria: consiste em um exame sistemático e independente que visa determinar se as atividades e os resultados relativos à qualidade satisfazem as disposições preestabelecidas, se tais disposições estão efetivamente implementadas e se elas são adequadas para alcançar os objetivos.

III. Custos da qualidade: custos relativos a assegurar e garantir a qualidade satisfatória, bem como ligados às perdas sofridas quando a qualidade satisfatória não é alcançada.

Assinale a alternativa correta.

- (A) As afirmativas I, II e III estão corretas
- (B) Apenas a afirmativa I está correta

- (C) Apenas a afirmativa II está correta
- (D) Apenas a afirmativas III está correta
- (E) Apenas as afirmativas II e III estão corretas

21. IBFC - 2023

Qualidade é um conceito subjetivo, é o modo de ser, é a propriedade de qualificar os mais diversos serviços, objetos, indivíduos etc. De acordo com tal conceito assinale a alternativa correta.

(A) Qualidade não está relacionado às percepções de cada indivíduo e diversos fatores como cultura, produto ou serviço prestado. Necessidades e expectativas influenciam diretamente nesta definição

(B) Qualidade pode ser qualidade de vida das pessoas de um país, qualidade da água que se bebe ou do ar que se respira, qualidade do serviço prestado por uma determinada empresa, ou ainda qualidade de um produto no geral. Como o termo tem diversas utilizações, o seu significado nem sempre é de definição clara e objetiva

(C) Qualidade em relação a produtos e/ou serviços, há várias definições para qualidade, como o produto não estar em conformidade com as exigências dos clientes, não ter valor agregado, algo que produtos similares não possuem, relação custo/benefício etc

(D) Infelizmente também o controle da qualidade, garantia da qualidade e gestão da qualidade são conceitos relacionados com o de qualidade na indústria e serviços. Os conceitos são usados em várias áreas, através de indicadores de qualidade e normas, como a ISO 9001, ISO 14000 e outras

(E) Paralelamente, com a evolução do conceito de qualidade, diminuiu a percepção da sua importância e de quanto ela é fundamental para o posicionamento estratégico da organização perante o mercado, sendo estendida para todas as atividades da organização

22. IBFC - 2022

Qualidade é uma palavra que faz parte do dia a dia e desempenha um papel importante em todos os tipos de organizações e em muitos aspectos da vida das pessoas. No senso comum, qualidade significa bom ou bem-feito. Atualmente, há muitas definições para a ideia da qualidade. Quatro, entre elas, são as seguintes: excelência, especificações, conformidade com as especificações e adequação ao uso. Assinale a alternativa **correta** que aborda as características da excelência.